



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ WILSON NUNES FERNANDES

**DO ENCANTAMENTO DOS NÚMEROS À REALIDADE DOS FATOS:
CONCILIAÇÃO ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAL E SOCIAL DA ALUNORTE**

Natal
2010

JOSÉ WILSON NUNES FERNANDES

**DO ENCANTAMENTO DOS NÚMEROS À REALIDADE DOS FATOS:
CONCILIAÇÃO ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAL E SOCIAL DA ALUNORTE**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Administração.

Orientador Prof^o. Dr. Washington José de Souza.

Natal
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F4331

Fernandes, José Wilson Nunes

Do encantamento dos números à realidade dos fatos: conciliação entre os balanços patrimonial e social da ALUNORTE. / José Wilson Nunes Fernandes – Natal: UFRN/UFPA, 2010.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Universidade Federal do Rio de Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Natal, 2010.

1. Conciliação entre os balanços patrimonial e social da ALUNORTE. I. Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Universidade Federal do Pará. II. Título.

CDD _____

JOSÉ WILSON NUNES FERNANDES

**DO ENCANTAMENTO DOS NÚMEROS À REALIDADE DOS FATOS:
CONCILIAÇÃO ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAL E SOCIAL DA ALUNORTE**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Administração.

Orientador Prof^o. Dr. Washington José de Souza.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Washington José de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientador

Prof. Dr.
Universidade Federal
Examinador

Prof. Dr.
Universidade Federal
Examinador

À minha esposa, Marluce,
Aos meus Pais, José (in memoriam) e Dalva, e
Aos meus filhos e irmãos,
Pela ajuda incondicional.
Dedico-lhes este trabalho como exemplo
de perseverança e ousadia.
Vale a pena sonhar

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de generosidade e reconhecimento. É muito bom saber que muitos acreditam em nós e nós também neles e que sozinho nada se consegue.

Inicialmente agradeço a Deus pelo dom da vida.

Agradeço a meus pais, pessoas simples e que sempre me ensinaram o caminho do bem.

Agradeço a meus filhos Lucas e Luciana. A eles o amor incondicional.

Agradeço a minha esposa Marluce. A ela o meu infinito amor.

Agradeço a meus seis irmãos. É uma benção de Deus tê-los como irmãos.

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte, representado pelos Professores Miguel Añez, José de Arimatés de Oliveira e equipe, pela realização do Mestrado em Belém e por ter acreditado nos alunos deste curso.

Ao Professor Washington de Souza por ser meu orientador e confiar na minha capacidade.

Aos professores Mauro Alexandre e José Arimatés, pelas sugestões e contribuições no momento da qualificação do projeto, as quais enriqueceram esta pesquisa

Aos professores do Mestrado, pelos conhecimentos compactuados com os mestrandos.

Aos colegas da turma de mestrado. Turma inesquecível.

Agradeço a Universidade Federal do Pará pela oportunidade proporcionada.

Agradeço a faculdade Ideal pelo apoio recebido.

E a todos que diretamente ou indiretamente, contribuíram para tornar esse sonho realidade.

“É preciso ter o caos dentro de si para dar a luz uma nova estrela”. (Nietz)

RESUMO

O Balanço Social tem se constituído em um dos instrumentos capaz de identificar o compromisso sócio-ambiental das organizações. O objetivo do Balanço Social é apresentar a aplicação de recursos da empresa, em investimentos sócio-ambientais internos e externos. A pesquisa se desenvolveu com base na análise do nível de responsabilidade social, da empresa Alumina do Norte do Brasil S/A – ALUNORTE, em relação aos exercícios sociais de 2008 e 2009, com a finalidade de descrever o que revelam os Balanços Social e Patrimonial a respeito da responsabilidade social. Para validar a proposta foram realizadas comparações entre os dados contábeis e financeiros das empresas ALUNORTE e Y YAMADA, sendo a primeira uma indústria extrativa e de transformação mineral, pertencente ao grupo VALE, com acionistas nacionais e internacionais, e a segunda, um grupo empresarial de lojas de departamentos e supermercados, eminentemente local. O intuito foi de evidenciar o que dizem os indicadores e confirmar privilégios da primeira em relação a segunda.

Palavras chave: Balanço patrimonial. Balanço Social. Responsabilidade social.

ABSTRACT

The social balance is turning into an instrument capable of identifying the Organizational Commitment socio-environmental. The objective of the Social Balance is to present the application of company resources on socio-environmental investments internally and externally. The research was developed based on the Balance Social and Sheet from Alumina North Brazil S / A, ALUNORTE, for fiscal years 2008 and 2009, with the purpose of describing the finding of the Balance Social and Sheet from ALUNORTE about social responsibility. To validate the proposal were doing comparisons between accounting and financial datas from Alunorte and Y.Yamada, in order to highlight what they say and indicators confirm the privileges of the first against second.

KEYWORDS: Balance Sheet, Balance Social, Social Responsibility

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Imperativo categórico da gestão social	20
QUADRO 2	Indicadores sociais internos	22
QUADRO 3	Indicadores sociais externos	23
QUADRO 4	Indicadores do corpo funcional	24
QUADRO 5	Distribuição dos valores	25
QUADRO 6	STAKEHOLDERS	30

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Indicadores de liquidez	41
TABELA 2	Fontes de financiamento do ativo	42
TABELA 3	Indicadores econômicos	43
TABELA 4	Comparativo entre empresas	44
TABELA 5	Empregados	45
TABELA 6	Ações judiciais	46
TABELA 7	Indicadores laborais	47
TABELA 8	Gastos com empregados	48
TABELA 9	Tributos	49
TABELA 10	Ações sociais	50
TABELA 11	Receita/lucro/projetos sociais	51
TABELA 12	Percentual do faturamento/ lucro/ações sociais	51
TABELA 13	Investimentos em meio ambiente	51
TABELA 14	Composição societária da ALUNORTE	54
TABELA 15	Relação entre dividendos e indicadores laborais	55
TABELA 16	Relação faturamento/empregado	56
TABELA 17	Relação entre dividendos e indicadores laborais	56
TABELA 18	Relação trabalhador/produção	57
TABELA 19	Relação folha de pagamento e indicadores laborais	57
TABELA 20	Indicadores laborais e receita líquida	58
TABELA 21	Confronto da receita e lucro com indicadores e investimentos sociais	58
TABELA 22	Receita, lucro e investimentos ambientais	59
TABELA 23	BS incluindo passivo trabalhista	60
TABELA 24	Indicadores sociais do BS incluindo	61
TABELA 25	Investimentos ambientais	61

LISTA DE SIGLAS

ABAL	Associação Brasileira do Alumínio
ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
ABS	Agência Brasil de Segurança
ALUNORTE	Alumina do Norte do Brasil S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	Balanco Patrimonial
BS	Balanco Social
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPB	Folha de Pagamento Bruta
IBAMA	Instituto Brasileiro de Recursos Naturais e Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ICMS	Imposto de Competência Estadual
IOS	Instituto Observatório Social
MRN	Mineração Rio do Norte S/A
PIB	Produto Interno Bruto
RL	Receita Líquida
RO	Resultado Operacional
STIQMB	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas do Município de Barcarena

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 PROBLEMA.....	14
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 OBJETIVOS.....	17
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 BALANÇO SOCIAL	19
2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL	26
3. METODOLOGIA	36
3.1 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	36
4 APLICAÇÃO E RESULTADO DA ANÁLISE.....	38
4.1 BALANÇO PATRIMONIAL.....	40
4.2 BALANÇO SOCIAL (BS).....	47
4.3 BS VERSUS BP - A CONCILIAÇÃO.....	53
5 CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXO 1 - BALANÇO SOCIAL DA ALUNORTE.....	71

1 INTRODUÇÃO

A busca pela realização de atividades caracterizadas como de responsabilidade social, tem se intensificado nas organizações privadas. Tais atividades se materializam de diversas formas, que vão desde a doação de recursos financeiros até à assunção de políticas voltadas ao benefício comunitário.

O processo de avaliação dessas práticas também é diversificado, no sentido de que determinadas posições avaliam a doação de recursos como atividades características da prática filantrópica, já outras acreditam que, assumir atividades de responsabilidade social não faz parte do contexto empresarial, mas sim de políticas públicas emanadas do governo e, finalmente outras, que acham perfeitamente compatíveis a busca pelo lucro com o desenvolvimento da responsabilidade social.

Independente das posições adotadas, as organizações privadas procuram evidenciar e divulgar tais práticas em relatórios específicos, identificando os recursos destinados à responsabilidade social. Um dos relatórios de uso constante tem sido o Balanço Social (BS), cujo propósito de elaboração é o de apresentar a aplicação de recursos da empresa, em investimentos sócio-ambientais internos e externos.

Palavras e frases constantes do tema possuem significado intrínseco ao trabalho. A palavra encantamento, é empregada para identificar o estado de admiração a que possam chegar os usuários do BS, pelo fato deste relatório apresentar, geralmente, apenas a relação positiva entre empresa, sociedade e meio-ambiente, ignorando que a responsabilidade social deve revelar também, as mazelas sócio-ambientais e externalidades negativas criadas pela empresa.

Quando se constrói a frase “realidade dos fatos”, a ênfase não se direciona apenas aos passivos sociais gerados nas atividades operacionais das organizações, mas também aos aspectos positivos da responsabilidade social, que não foram selecionados para constar no BS, ou cujos valores absolutos não permitem segregações capazes de identificar cada uma das práticas ou projetos sócio-ambientais desenvolvidos pela empresa.

O estudo se desenvolveu com base nos balanços social e patrimonial da empresa Alumina do Norte do Brasil S/A – ALUNORTE, em relação aos exercícios sociais de 2008 e 2009. A ALUNORTE está localizada no município de Barcarena, estado do Pará, a 110 km da capital Belém, onde através do processamento da bauxita e transformação em alumina, integra o ciclo de produção de alumínio no estado paraense.

1.1 PROBLEMA

Práticas desenvolvidas pelas organizações privadas, destinadas à melhoria de condições de vida do público tanto interno quanto externo, que vem se caracterizando como responsabilidade social, tem apresentado incremento. Ações empresariais têm se diversificado em frentes como saúde, educação e esportes, no intuito de alcançar níveis satisfatórios de atendimento às demandas já não mais alcançadas de forma adequada pelo Estado.

Muitas organizações procuram divulgar a responsabilidade social através de mecanismos capazes de descrever tais práticas, ou demonstrá-las através de algum relatório específico. Neste último caso, o BS tem sido eleito pela maioria delas como o demonstrativo capaz de evidenciar as ações sócio-ambientais desenvolvidas pelas empresas (no endereço eletrônico do BS, www.balancosocial.org.br, consta informação de que mais de 220 empresas já elaboram e divulgam este relatório).

De acordo com o site www.balancosocial.org.br, acessado em 20/06/2009,

O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

O BS tem se constituído em um dos instrumentos capaz de identificar o compromisso sócio-ambiental das organizações, por apresentar as práticas empresariais direcionadas para essas áreas, não existindo, no entanto, um modelo específico de elaboração, sendo utilizado com frequência, por muitas organizações no Brasil, o modelo criado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

No início da década de 1980, o sociólogo Herberth de Souza fundou o IBASE, identificando-o como uma entidade de caráter suprapartidário e suprareligioso dedicada a democratizar a informação sobre as realidades econômicas, políticas e sociais no Brasil. O IBASE foi precursor no Brasil do modelo de BS, razão pela qual um número significativo de empresas o adotem. Existe o incentivo desenvolvido para as empresas que publicam o BS no IBASE, além de terem o mesmo divulgado no site do instituto, ainda concorrem à premiação do Selo IBASE de responsabilidade social, conferindo notoriedade à empresa.

Quanto ao balanço patrimonial, é importante salientar o aspecto fundamental deste demonstrativo contábil que é o de apresentar os componentes qualitativos e quantitativos do

patrimônio de uma entidade, identificando os eventos capazes de contribuir para esta evidenciação. A palavra balanço, usada tanto no social quanto no patrimonial, identifica posição, estado, situação em que se encontra determinada entidade.

No balanço patrimonial é identificada a situação em que se encontra o patrimônio de uma entidade, tomando por base uma data determinada. Em relação ao BS, o que se evidencia é a responsabilidade sócio-ambiental da empresa.

Estarão expressos, no balanço patrimonial, todos os componentes do patrimônio de uma entidade, consubstanciados em ativos, passivos e a riqueza própria da entidade, identificada como patrimônio líquido. Nesse sentido, as dívidas originadas de multas e infrações na esfera fiscal, ambiental, trabalhista e outras, estarão evidenciadas neste relatório.

Em termos estruturais, os balanços social e patrimonial são bem diferentes, porém as informações que eles disponibilizam guardam relação com a atuação da empresa na sociedade. É esse ponto de aproximação que permite o exercício da conciliação, no sentido de complementaridade.

A possibilidade da identificação de elementos de responsabilidade social nos balanços patrimonial e social e sua conciliação, implica na formulação da seguinte questão a ser investigada: **De que modo elementos de responsabilidade social conciliam nos balanços patrimonial e social da ALUNORTE?**

1.2 JUSTIFICATIVA

A relação entre empresas e sociedade passou a ser questionada no que concerne aos papéis que essas assumem, pois que a procura pela produção de bens e ou serviços de qualidade, a preços acessíveis, já não bastam para caracterizar uma empresa como competitiva e compromissada com o desenvolvimento social.

Considerando a organização empresarial como uma entidade que também está inserida no contexto da sociedade e que, portanto, de alguma forma reflete anseios e exigências da sociedade, a responsabilidade social corporativa passa a assumir um significado especial, em que as mazelas ocasionadas na sociedade, em especial àquelas que ocorrem no entorno da organização, como, por exemplo, a degradação ambiental, certamente, influencia nas políticas gerenciais e administrativas aplicadas nas empresas.

As práticas operacionais desenvolvidas pelas empresas, em particular aquelas que direta ou indiretamente atingem à sociedade, precisam ser divulgadas e os seus reflexos mensurados, em especial no que concerne aos aspectos sócio-ambientais, como por exemplo,

o uso do ambiente natural como depositário de rejeitos do processo produtivo. Dessa forma, cabe destacar alguns aspectos relevantes desta pesquisa, que justificam a sua realização.

O primeiro aspecto seria o da relevância social, este se justifica pelo fato de que, atualmente existe por parte da sociedade um interesse especial pelas práticas empresarias voltadas para a temática sócio-ambiental, de forma particularizada para os efeitos que as atividades de produção possam causar ao meio ambiente, considerando principalmente o fato de que as empresas a serem pesquisadas estejam inseridas na região amazônica, que assume para o mundo, a condição de importante reservatório de recursos naturais.

O segundo aspecto é a relevância acadêmica, na qual se torna importante para o mundo acadêmico na medida em que discussões sobre a responsabilidade sócio-ambientais das organizações são evidenciadas e colocadas em análise, procurando ressaltar o espaço acadêmico enquanto àquele dedicado à produção do conhecimento e da formulação da crítica, capazes de contribuir para a superação das desigualdades sociais.

A relevância acadêmica também se justifica pela colaboração que se pretende disponibilizar às instituições envolvidas na realização do mestrado interinstitucional em Administração, em especial à Universidade Federal do Pará e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte em Seu Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA).

Existe ainda uma motivação pessoal na realização da pesquisa, pois, enquanto amazônida, torna-se relevante ao pesquisador procurar entender o impacto que grandes empresas, notadamente àquelas ligadas à exploração de recursos naturais, possam ocasionar na sociedade local, procurando posicionar-se, enquanto ser político, a respeito desta temática.

Outro fator que justifica a realização desta pesquisa é a própria viabilidade que o tema proporciona, pois ainda que não existam recursos financeiros destinados ao financiamento da pesquisa, os dados disponibilizados na internet viabilizam o acesso, bem como a própria necessidade de informações junto às empresas pesquisadas também podem ser obtidas com relativa facilidade.

Cabe destacar relevantes trabalhos e pesquisas sobre responsabilidade sócio-ambiental, nos quais tendo contato, pela leitura, foram considerados fatores motivadores para a realização desta pesquisa.

A tese de doutorado de Gabriela Borges, na Universidade de São Paulo, em 2001, cujo título foi: Responsabilidade Social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. A contribuição deste trabalho reside em uma madura revisão da literatura, a bem como a aplicação de estudo de caso em empresas que praticam a responsabilidade sócio-ambiental,

provocando uma discussão sobre obrigatoriedade, filantropia e responsabilidade sócio-ambiental.

A pesquisa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), intitulada Balanço Social e outros aspectos da responsabilidade corporativa. Este relatório de número 2, de março de 2000 faz um diagnóstico da prática da responsabilidade sócio-ambiental, considerando as regiões sul e sudeste do Brasil;

A dissertação de mestrado de Sônia Regina Macedo Ribeiro, intitulada Responsabilidade Social: Visões e Perspectivas de Empresários do Segmento Industrial do Rio Grande do Norte, em 2008, procurou identificar a responsabilidade social nas empresas ganhadoras do prêmio SESI de qualidade no trabalho, no estado do Rio Grande do Norte, sendo destacado no referencial teórico, o estudo das principais escolas de pensamento no campo da responsabilidade social corporativa.

1.3 OBJETIVOS

Este trabalho apresenta como objetivo geral descrever o que revelam os balanços, social e patrimonial da ALUNORTE sobre a responsabilidade social, a partir do exercício de conciliação contábil.

Os Objetivos Específicos são:

- a) Identificar no balanço patrimonial da ALUNORTE elementos de análise financeira e patrimonial;
- b) Caracterizar no balanço social da ALUNORTE os elementos da responsabilidade social;
- c) Proceder exercícios de conciliação contábil a partir dos indicadores extraídos dos balanços social e patrimonial da ALUNORTE;
- d) Realizar comparações entre dados contábeis e financeiros da ALUNORTE e Y YAMADA, no intuito de evidenciar o que dizem os indicadores, sob análise, e confirmar privilégios da primeira em relação a segunda.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além deste capítulo introdutório que apresenta o problema, justificativa e objetivos, este trabalho possui mais quatro capítulos.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica focada no Balanço Social e na Responsabilidade Social.

O terceiro capítulo aborda a metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa.

O quarto capítulo apresenta a aplicação e analisa os dados encontrados.

No quinto capítulo são apresentadas as conclusões gerais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica para complementar o trabalho é constituída de conceitos relacionados a área da pesquisa realizada.

2.1 BALANÇO SOCIAL

A criação de um instrumento capaz de evidenciar a responsabilidade sócio-ambiental de uma organização, permite compará-la não apenas em relação a determinado espaço de tempo (anual é o mais comum), mas até como outras empresas, possibilitando à sociedade ou mais especificamente, a própria comunidade que interage com a organização, o exercício do poder de julgamento.

A princípio, os próprios relatórios descritivos das empresas, que procuram divulgar projetos de responsabilidade sócio-ambiental, se tornariam instrumentos de evidenciação dessa prática, tendo como aspecto restritivo, o fato de que a empresa provavelmente não divulgaria fatores considerados negativos como, por exemplo, as multas pagas por irregularidades cometidas, como as infrações trabalhistas e ambientais.

Outra limitação na divulgação descritiva dos projetos sociais, pelos relatórios tradicionais, seria o fato de que os mesmos não registrariam valores. Isto representaria uma lacuna informacional, já que o aspecto valorativo pode ser um instrumento interessante de comparação, dele pode-se estabelecer relação com os resultados financeiros da entidade e, a partir daí, identificar possíveis discrepâncias, como por exemplo, a relação entre o volume de recursos destinados à responsabilidade sócio-ambiental e o lucro líquido anual.

Diante dessas limitações, passaram a surgir relatórios de abrangência social, ou seja, estruturados nos moldes dos relatórios financeiros, atendendo o aspecto valorativo, e que, dependendo dos reais objetivos da organização, poderão ou não, apresentar práticas sócio-ambientais negativas produzidas pela entidade. Se o objetivo de sua elaboração for o de servir como estratégias de marketing, provavelmente tais práticas não serão divulgadas, visto que poderão depor contra a imagem institucional da empresa.

Porém, se o objetivo da empresa é o de mostrar transparência no relacionamento com a sociedade, possivelmente essas práticas negativas serão divulgadas e, ainda que num primeiro momento, reflitam também negativamente na imagem da organização, poderão sinalizar, para a sociedade, o fato de que a empresa assume seus compromissos, procurando

criar mecanismos para não mais incorrer em tais erros, o que pode se refletir positivamente na sua imagem junto à sociedade.

Um dos relatórios que busca revelar as práticas de responsabilidade sócio-ambiental das organizações é o Balanço Social (BS), que comparativamente ao balanço patrimonial, que identifica os componentes do patrimônio de uma entidade, servindo como elemento de análise da gestão empresarial, revela o compromisso sócio-ambiental das empresas, servindo de base de avaliação da gestão social.

Nesse contexto, cabe identificar o que Tenório (2004: p.44-45), conforme Quadro 1, classifica como imperativo categórico da gestão social, estabelecendo os seguintes contrapontos:

Não é	Mas sim
Apenas o eleitor e/ou contribuinte	O cidadão
Só a economia de mercado	A economia social
O cálculo utilitário	O consenso solidário
O assalariado como mercadoria	O trabalhador como sujeito
A produção como valor de troca	Igualmente como valor de uso
Tão somente a responsabilidade técnica	A responsabilidade social
A <i>res privata</i>	A <i>res publica</i>
O monólogo	O diálogo

QUADRO 1. Imperativo categórico da gestão social

Fonte: Tenório, 2004

O contraponto proposto por Tenório contribui para a formulação de um conceito de gestão social.

A gestão social é tomada como o conjunto de estratégias e políticas organizacionais de promoção do bem estar de indivíduos e coletividades, destinado à recomposição dos elos de integração do Homem com o semelhante e com o ambiente, articulando, sob o ideal da emancipação humana, elementos de racionalidade substantiva à ação racional instrumental. (SOUZA, 2008, p. 2)

Pela definição de Souza, percebe-se que a mera elaboração do BS não garante a realização de uma gestão social. Por outro lado, na construção da gestão social o BS pode se constituir em importante instrumento de evidenciação da responsabilidade sócio ambiental da entidade, na medida em que se propõe a divulgar a interação das pessoas com a organização, indicando quais as práticas desenvolvidas pelas empresas que impactam positivamente ou não, na vida das pessoas.

O Balanço Social constitui um instrumento de controle e de tomada de decisões, de grande utilidade para a direção da empresa, permitindo melhorar o ambiente interno e clarificar alguns objetivos a médio prazo: os corpos diretivos passarão, assim, a ser julgados não apenas em função dos resultados econômicos, mas também dos resultados sociais. (TINOCO. 2008, p. 37)

Para Kroetz (2000), o BS é uma demonstração que permite a identificação dos impactos recebidos e causados pela entidade, fruto da sua atuação nos ambientes social e ecológico, procurando identificar a qualidade das relações organizacionais com os empregados, comunidade e meio ambiente.

As definições ora apresentadas ressaltam dois aspectos importantes que são viabilizados com o BS. O primeiro diz respeito à interação entre empresa e sociedade, na medida em que, a partir dos recursos que a sociedade disponibiliza às organizações, cria-se um elo em que se espera da empresa também, o retorno desses recursos, não apenas sob a forma de bens e serviços, já o segundo aspecto, como decorrência do primeiro, possibilita o julgamento a que fica submetida à organização, não apenas pela análise dos indicadores econômicos e financeiros, mas também pelo nível de interação social.

Atualmente o BS destaca também informações alternativas que possibilitam a inserção da organização na sociedade, efetivadas com o apoio às atividades artísticas, culturais e educacionais. Em determinados casos se constituem em políticas públicas de fomento à cultura, onde a empresa obtém incentivos fiscais por financiar tais atividades.

No Brasil não existe um modelo obrigatório, porém, muitas organizações têm procurado divulgar, no endereço eletrônico do BS, (www.balancosocial.org.br) o seu demonstrativo social, baseado na estrutura proposta pelo IBASE. Por este modelo, são eleitos alguns valores que resultam do desempenho econômico, assim como aqueles que possam indicar a capacidade produtiva ou o porte da organização.

A Receita Líquida (RL), o Resultado Operacional (RO) e a Folha de Pagamento Bruta (FPB) são valores utilizados para servir de comparação com os indicadores sociais internos, externos e ambientais. São ainda apresentados os indicadores do corpo funcional, bem como evidenciadas as informações quanto ao exercício da cidadania empresarial e demais informações relevantes.

Os valores da Receita Líquida e o Resultado Operacional são extraídos do demonstrativo contábil intitulado Demonstração do Resultado do Exercício, cujo objetivo é apurar o resultado econômico da organização, representado pelo lucro ou prejuízo líquido.

A folha de pagamento bruta representa o total dos proventos devidos aos empregados, sem que tenham sido efetuados os descontos pertinentes.

Tais valores são confrontados com os investimentos sociais tanto internos, considerando aqueles direcionados aos empregados e colaboradores em geral (como recursos destinados à qualificação profissional, à saúde e outras vantagens concedidas ao corpo funcional, bem como os encargos sociais compulsórios), quanto externos, que envolvem a comunidade no entorno e à sociedade de um modo geral (tais como investimentos sociais em educação e saúde, contribuição de caráter cultural e esportivo, combate à fome e outros, bem como os tributos pagos pela organização).

Os Indicadores sociais internos, que representam todos os recursos que a entidade utiliza em benefício de seu corpo funcional, podem ser voluntários ou compulsórios, sendo recorrente a frequência desses últimos nos balanços sociais, pelo fato de que não dependem da liberalidade dos gestores para serem utilizados, mas sim decorrem da observância à legislação trabalhista e previdenciária.

A seguir, apresenta-se um exemplo deste indicador, sob a forma de quadro, conforme sugere o balanço social no modelo desenvolvido pelo IBASE, devendo cada organização preenchê-lo de acordo com os recursos por ela destinados aos investimentos sociais internos. Como se trata de um modelo, os valores e percentuais não serão preenchidos.

Indicadores sociais internos	20XX Valor (mil reais)	% FPB	% RL	20XX – 1 Valor (mil reais)	% FPB	% RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e saúde no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total – indicadores sociais internos						

QUADRO 2. Indicadores sociais internos

Fonte: www.balançosocial.org.br

Os indicadores sociais externos evidenciam a relação entre empresa e sociedade, descrevendo os recursos destinados ao público externo, tratando dos tributos de forma destacada, dando o caráter compulsório de tal contribuição, o que não depende, portanto, da vontade dos gestores. Quanto à base comparativa, são utilizados os valores do Resultado Operacional (RO) e da Receita Líquida (RL).

O primeiro, por representar o resultado econômico alcançado pela organização, após a assunção das despesas operacionais e o segundo, por representar a capacidade de geração de receita. Tais valores são também confrontados com os do ano anterior, conforme Quadro 3.

Indicadores	Sociais	20XX	% obre	% obre	20XX-	% sobre	%
externos		Valor	RO	RL	Valor	RO	sobre
		(mil reais)			(mil reais)		RL
Educação							
Cultura							
Saúde e saneamento							
Esporte							
Combate à fome e segurança alimentar							
Outros							
Total das contribuições para a sociedade							
Tributos (excluídos os encargos sociais)							
Total – indicadores sociais externos							

QUADRO 3. Indicadores sociais externos

Fonte: www.balançosocial.org.br

Os indicadores ambientais estão divididos em dois tipos de investimentos. O primeiro, relacionado às atividades de produção ou operação e o segundo, direcionado a programas e projetos externos.

O objetivo é verificar o impacto das atividades operacionais da organização no meio ambiente, segregando-o dos demais investimentos ambientais. Tais indicadores são confrontados com o Resultado operacional (RO) e com a Receita Líquida (RL). São também estabelecidas metas anuais (decompostas em percentagens), para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção ou operação e o aumentar a eficiência no uso dos recursos naturais.

Os indicadores do corpo funcional devem revelar a quantidade de empregados, procurando estabelecer o número de trabalhadores em relação a questões que envolvem gênero, ocupação de cargos de chefia, idade e cor da pele. O preenchimento dos os itens deste quadro permite a abertura de discussões, como por exemplo, igualdade de oportunidades,

critérios transparentes na definição de cargos de chefia, ausência ou não de discriminação em função da idade, sexo ou cor da pele. Os tópicos são apresentados no Quadro 4.

Indicadores do corpo funcional	20XX	20XX – 1
Nº de empregados ao final do período		
Nº de admissões durante o período		
Nº de empregados (as) terceirizados		
Nº de estagiários (as)		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		

QUADRO 4. Indicadores do corpo funcional

Fonte: www.balançosocial.org.br

Finalizando o BS na estrutura proposta pelo IBASE, são preenchidas as informações relevantes quanto ao exercício da cidadania que é dividida em duas partes, sendo a primeira construída sob a forma de um questionário fechado, com as seguintes possibilidades de respostas: a direção, direção e gerência, todos os empregados, todos mais a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). As perguntas tratam de questões como, quem define os projetos sociais, qual abrangência na participação nos lucros, quem seleciona os fornecedores e quem estabelece o tipo de trabalho voluntário.

A segunda parte dessas informações trata da identificação da distribuição do valor adicionado. Para DE LUCCA (1996), o valor adicionado corresponde à soma de toda a remuneração dos esforços consumidos nas atividades da empresa. Para gerar este valor, é necessária a participação de vários atores, como o governo (criando estrutura para que a empresa possa atuar), os financiadores e acionistas (gerando recursos para serem utilizados pela organização), os empregados (através do emprego da força de trabalho).

Uma vez gerado valor para a organização, é necessário que ele seja distribuído aos atores que o criaram, conforme o Quadro 5. O BS evidencia esta distribuição sob a forma percentual, para viabilizar o aspecto comparativo, indicando eventuais cenários na

distribuição da riqueza, como por exemplo, o aumento na carga tributária evidenciado pelo aumento na distribuição do valor adicionado ao governo.

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 20XX	Em 20XX – 1
	R\$	R\$
Distribuição do valor adicionado (em %)		
Governo		
Colaboradores(as)		
Acionistas		
Terceiros		
Retido		

QUADRO 5. Distribuição dos valores

Fonte: www.balancosocial.org.br

O IBASE disponibiliza também modelos de BS para determinado tipo de organizações, como entidades do terceiro setor, micro e pequenas empresas em geral, setores da área educacional e sociedades cooperativas. Tais modelos estão adaptados às peculiaridades de cada atividade. O modelo de BS aplicado às microempresas, por exemplo, é mais simplificado e de fácil elaboração, se constituindo em grande fator incentivador para que essas entidades o elaborem, visto que é comum, apenas as grandes empresas o façam, embora atividades caracterizadas de responsabilidade social sejam facilmente identificadas nas microempresas dado fatores convergentes para tal, como sua significativa inserção na comunidade onde atuam.

LIMITES E POSSIBILIDADES DO BALANÇO SOCIAL

Kroetz (2000) destaca seis pontos capazes de limitar a eficácia do BS. O primeiro e segundo dizem respeito à privacidade e ao sigilo, no sentido de que as informações constantes do BS sejam publicadas com o conhecimento de todas as partes envolvidas e o segundo no sentido de que informações estratégicas de mercado não podem ser disponibilizadas no BS, sob a pena de prejudicar a atuação da empresa e favorecer prováveis concorrentes.

Outros dois fatores limitantes seriam a subjetividade e a uniformidade. A subjetividade pode produzir um BS repleto de opiniões ou interpretações pessoais que não reflitam a realidade da organização. A uniformidade refere-se a manutenção de uma estrutura básica de BS por parte da organização, que pode sofrer adaptações e ajustes, mas não é conveniente que mudanças drásticas de estrutura ocorram frequentemente, pois compromete a comparabilidade do BS da organização com anos anteriores e até com o BS de outras organizações.

Os dois últimos fatores limitantes do BS seriam a utilidade e a economicidade. O BS deve conter informações que realmente sejam de interesse de seus usuários, caso contrário ele perde a utilidade e por fim ele não deve gerar gastos excessivos em que o custo seja superior ao benefício da informação.

Alguns desses fatores limitantes fixados por Kroetz são questionáveis, como o sentido da economicidade, na medida em que muitas organizações investem recursos, material gráfico e tecnológico, para dar maior visibilidade ao BS, considerando que ele também se constitui em importante ferramenta de divulgação institucional.

Outro aspecto caracterizado como fator limitante e que requer cuidado na aplicação é o sigilo, para que ele não se constitua em censura e que o BS se torne uma ferramenta de gestão social construída por muitas mãos, podendo cumprir o papel da transparência da informação na responsabilidade social da organização.

Sucupira (1999), identifica várias possibilidades do BS a partir das expectativas de seus usuários, dirigentes, empregados, fornecedores, sociedade em geral, cada um desses agentes podem fazer uso positivo do BS em função do seu foco de interesse.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O reconhecimento de práticas caracterizadas de responsabilidade social, em especial àquelas desenvolvidas pelas organizações, remontam diversos períodos da história da humanidade, sendo aqui destacado o momento caracterizado como da revolução industrial inglesa do século XVIII, momento em que Souza (2008) destaca como provedor de mudanças consideráveis, onde foram rompidas a sintonia entre trabalho e espaço familiar, refletindo-se nos relacionamentos e laços afetivos.

Ocorreram ainda a descontinuidades de pequenos grupos que viviam e trabalhavam dentro de uma concepção de família constituída, encontrados tanto no campo quanto nas cidades e finalmente, a revolução industrial provocou várias transformações de caráter

econômico e social, ocasionando aumento nos processos de exploração, em especial do trabalho humano, agora tratado como força de trabalho, provocando então a concentração da riqueza e dos meios produtivos. (SOUZA, 2008).

Conhecido pelas idéias inovadoras, Robert Owen tornou-se voz destoante do processo de exploração da força de trabalho e da concentração da riqueza trazidos com a revolução industrial. Suas idéias empreendedoras estavam vinculadas à iniciativas sociais, como o incentivo ao cooperativismo, educação de jovens e adultos, garantia de direitos aos trabalhadores, como o acesso à saúde, ao descanso remunerado e muitas outros benefícios implantados por Owen em seus empreendimentos. (SOUZA, OLIVEIRA 2005).

Porém, do ponto de vista da produção literária e acadêmica a respeito da responsabilidade social, percebe-se que a partir do século XX, elas passaram a surgir em maior volume, refletindo conflitos que chegavam às vias do poder judiciário, em que dois fatos relevantes se destacam.

O primeiro, protagonizado por Henry Ford, considerado empresário de sucesso do início do século XX, Ford se notabilizou ao desenvolver mecanismos que aprimoravam o processo produtivo de suas indústrias automobilísticas, como por exemplo, as linhas de produção.

Em 1916, Ford, como acionista majoritário, considerando objetivos de caráter social, tomou a decisão de reverter os dividendos que seriam destinados aos acionistas, para investimentos que melhorasse a capacidade produtiva e o salário dos empregados. Os acionistas que sentiram-se prejudicados, em especial John e Horace Dodge, questionaram judicialmente tal atitude. Chegando à suprema corte de Michigan, nos Estados Unidos, a causa foi ganha pelos Dodge. O argumento judiciário foi no sentido de assegurar a distribuição de lucros aos acionistas, cabendo aos dirigentes, ainda que também acionistas, o direito apenas de assegurar a obtenção dos lucros, porém sua destinação deve seguir o que se estabelece nos estatutos corporativos, que via de regra, privilegiam a distribuição de lucros aos acionistas.

Estigara, Pereira e Lewis(2009), consideram que a decisão do poder judiciário, confirmou o entendimento de que a existência da corporação se justifica pelos benefícios proporcionados aos acionistas e que, diretores corporativos possuem o livre-arbítrio no que concerne aos meios para alcançar tais benefícios, não podendo utilizar lucros para outros objetivos.

Outro fato relevante ocorrido nos Estados Unidos e que provocou debate sobre responsabilidade social das empresas, diz respeito à doação de recursos por parte de uma

grande corporação (A.P. *Smith Manufacturing Company*) para uma universidade (*Princeton*). Contrariando o interesse dos acionistas, o judiciário norte americano proclamou sentença favorável á doação, justificando que uma corporação pode contribuir para o desenvolvimento social, fixando legalmente sua atuação social. (ESTIGARA, PEREIRA, LEWIS. 2009)

O entendimento do significado de responsabilidade social não é consensual entre autores e estudiosos do assunto, variando de definições que realçam o alcance social efetivo das atividades desenvolvidas, para uma abordagem que considera que não cabe às empresas, mas sim ao poder público o exercício da responsabilidade social, passando por uma avaliação de que a empresa pode tratar o assunto como estratégia de mercado, obtendo vantagens comerciais, chegando até a análise de que a responsabilidade social das empresas, representa um projeto de manutenção da hegemonia da classe dominante numa sociedade capitalista.

É importante, inicialmente identificar uma definição de responsabilidade social das empresas, formulada por uma entidade que tenha notório reconhecimento social em relação à questão. A escolha foi do Instituto Ethos¹, considerando que esta entidade se enquadra nas condições ora estabelecidas.

De acordo como Instituto Ethos (www.ethos.org.br), a responsabilidade social das empresas é a “forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social”.

Constata-se aqui uma clara percepção do comprometimento que a empresa deve ter em relação à responsabilização e à assunção de seus compromissos sociais, de tal forma que eles estejam inclusos nas próprias práticas de negócios da organização. Desta forma a responsabilidade social não estaria dissociada do modelo de gestão que a empresa adota.

Alguns termos são tratados com o mesmo significado de responsabilidade social das empresas, porém são terminologias complementares e por isso, apresentam definições próprias conforme a seguir se estabelece.

Ação social das empresas. São atividades de assistência social, desde pequenas doações eventuais até grandes projetos estruturados (www.ipea.gov.br).

Investimento social privado. É o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática, para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público (GIFE, 2003).

¹ O Instituto Ethos de Responsabilidade Social, criado em 1998, é uma associação de empresas interessadas em desenvolver suas atividades de forma socialmente responsável, num permanente processo de avaliação e aperfeiçoamento.

Filantropia empresarial. É a doação de recursos privados utilizados para atendimento de fins públicos (MELO RICO, 1998).

Governança corporativa. É o aperfeiçoamento da gestão organizacional para padrões socialmente responsáveis, a fim de que sejam sustentáveis no longo prazo, oferecendo maior transparência aos seus acionistas (SOUTELLO ALVES, 2001).

Como já enfatizado, a concepção do termo responsabilidade social, não é a mesma entre os teóricos do assunto, existindo aqueles, como Friedman (1984), que acreditam que uma organização empresarial deve estar voltada para o foco das suas operações, e que produzindo bens e serviços a preços justos, cumprindo à legislação pertinente em relação aos aspectos tributários, trabalhistas e previdenciários, ela já cumpre suas funções de responsabilidade social.

Sendo assim, para Friedman (1984), a empresa exerce a responsabilidade social ao produzir bens e serviços, desenvolvendo uma política de formação de preços capaz de torná-la competitiva, devendo gerar lucros, pois, desta forma, poderá cumprir com suas obrigações de pagar tributos e assim gerar recursos para que o Estado, este sim, exerça as atividades de atendimento das necessidades dos cidadãos como saúde e educação.

As várias concepções de responsabilidade social segundo Kreitlon (2004), estão contempladas nas três escolas de pensamento dedicadas em justificar o conceito de responsabilidade sócio ambiental, quais sejam: a abordagem normativa, identificada também como *Business Ethics*, a abordagem contratual também intitulada de *Business & Society* e por fim a abordagem estratégica, caracterizada como *Social Issues Management*.

A escola normativa, que entre os anos 1970 e 1980 caracterizou o campo da corrente identificada como da ética empresarial, surgiu como resposta às práticas condenáveis de muitas empresas no tocante ao compromisso social, procurando estabelecer parâmetros éticos em que se espera que uma organização deva aplicá-los em suas atividades empresariais.

A escola da ética empresarial pode ser considerada precursora no processo de definição do que venha a ser responsabilidade social, tendo uma origem filosófica e com grande influência acadêmica desta área, assim como é caracterizada por um viés normativo, na medida em que apresenta parâmetros capazes de estabelecer qual comportamento empresarial se coaduna com o da postura ética, enquanto agente moral.

A escola da abordagem contratual, também conhecida como *Business & Society*, ou seja, mercado e sociedade, surge a partir do momento em que a filantropia passa ser substituída por uma atividade cada vez mais inserida nas práticas institucionais da empresa e,

no início da década de 1980, esta corrente se consolida enquanto escola de pensamento dedicada a explicar o conceito de responsabilidade social.

Tal escola está estruturada nos seguintes princípios basilares: na vinculação entre as práticas empresariais e seus reflexos na sociedade, caracterizadas por uma espécie de autorização que a sociedade outorga às empresas, possibilitando à estas o exercício de suas funções, o que se poderia chamar de ‘contrato social’, representado pela existência de algum controle que a sociedade exerceria sobre as atividades das empresas.

A teoria dos *Stakeholders* de Freeman (1984), foi desenvolvida na época em que se consolida a teoria contratual, na qual às responsabilidades das empresas, que visavam apenas aos interesses dos acionistas, devem agora incorporar o conceito de ‘partes interessadas’, identificadas por um conjunto de atores interessados nas práticas e informações desenvolvidas pelas organizações, como por exemplo, empregados, sindicatos, fornecedores, credores, clientes e sociedade em geral.

O Quadro 6 indica o tipo de *stakeholder*, qual a contribuição para a empresa e que eles esperam da empresa.

STAKEHOLDERS	CONTRIBUIÇÕES	O QUE ESPERAM DA EMPRESA
Acionistas	Disponibiliza capital para investir na empresa	Participação nos lucros e continuidade do empreendimento
Empregados	Força de trabalho, criatividade, idéias	Manutenção do emprego, saúde no trabalho, realização pessoal
Fornecedores	Produtos, mercadorias, serviços, negociação justa	Respeito aos contratos, manutenção dos pagamentos
Clientes	Recursos financeiros, fidelidade	Segurança e boa qualidade dos produtos, preço acessível, propaganda honesta
Comunidade e sociedade	Infra-estrutura, clientela	Respeito ao interesse comunitário, contribuição à melhoria da qualidade de vida da comunidade, conservação dos recursos naturais, proteção ambiental, respeito aos direitos das minorias
Governo	Suporte institucional, jurídico e político	Obediência às leis, pagamento de tributos
Concorrentes	Competição, referencial de mercado	Lealdade na concorrência

QUADRO 6. STAKEHOLDERS

Fonte: Corrêa (1997)

Cabe destacar que, para Silveira, Yoshinaga e Borba (2005, p.40), a teoria dos stakeholders é prejudicial, no longo prazo, ao desempenho à empresa, em função da falta de objetivos claros e da própria dificuldade na identificação dos **stakeholders** mais importantes para a empresa.

Freeman (1984), considera que a teoria dos *stakeholders* nos últimos vinte anos vem se desenvolvendo sob quatro linhas distintas. A primeira é a do planejamento estratégico, em que as estratégias empresariais serão eficazes e produzirão sucesso se atenderem ao conjunto dos *stakeholders* ao invés de atenderem apenas ao interesse de um grupo específico.

A segunda e terceira linhas são a da teoria dos sistemas e a teoria organizacional, que considera a empresa como um sistema aberto, interagindo com as várias partes interessadas e este tipo de interação é fundamental na continuidade do empreendimento.

A linha da responsabilidade social não pode ser considerada como um grupo teórico formalizado, mas sim um conjunto de modelos, abordagens, exemplos de vivências empresariais satisfatórias no tocante ao relacionamento dos grupos que interagem com a organização.

A última escola, que surgiu conjuntamente com a anterior, intitulada de escola da gestão de questões sociais, ou *Social Issues Management*, parte do pressuposto de que a empresa pode tirar proveito econômico de suas atividades sociais, pelo fato de que a atuação social das empresas não está dissociada de suas práticas empresariais.

Esta postura dá à empresa um sentido utilitário que ela confere à questão social, sentido este desdobrado nas seguintes vertentes: ao se antecipar valores e transformações sociais ocorridos, as empresas podem tirar proveito, que se caracterizam como vantagens competitivas, sendo aqui identificadas tais práticas como estratégias de marketing e finalmente, tendo uma postura pró ativa, procurando não apenas se antecipar, mas até quem sabe, evitar novas legislações, a empresa passa a ter uma visão tradicional de suas funções, que é a de ser tão somente um instrumento capaz de gerar lucros aos acionistas.

A concepção de que as empresas passaram a ter um comportamento pró-ativo em relação à sociedade, assumindo várias responsabilidades que tradicionalmente caberia ao Estado, ficando assim compromissada com o desenvolvimento social, como também continuando exercendo complementarmente suas funções lucrativas, é uma visão que apresenta não somente posições favoráveis, mas também está carregada de críticas e consequentemente, visões diferenciadas do que seja responsabilidade social empresarial.

Para César (2008, p.203)

[...] a posição do empresariado no que se refere à questão social, variou no curso do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O pêndulo dessas variações move-se a partir do extremo liberalismo, contrapondo-se à qualquer iniciativa de implementar a regulamentação trabalhista e social. Depois passa a uma incorporação "restrita" da intervenção estatal, para a qual foram canalizados os "dilemas nacionais", e chega à defesa da participação ativa da empresa na realização do "bem comum" como parte de sua função social.

Tal concepção busca enfatizar o aspecto histórico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, cabendo, ao empresariado nacional, moldar-se a essas condições históricas, sendo que, num primeiro momento, a posição em relação aos direitos e conquistas dos trabalhadores era reativa, fato que se configurou como República Velha até o período que antecede o Estado Novo de Getúlio Vargas.

Durante o Estado Novo e após a segunda guerra mundial, passando pelo regime de exceção, historicamente conhecido como ditadura militar, houve um comportamento adaptativo, principalmente em relação aos direitos e garantias dos trabalhadores.

Na atualidade, sob a égide do movimento político mundial intitulado de neoliberalismo, as empresas passaram a desenvolver discurso de responsabilidade sócio-ambiental, como forma de prover à sociedade, naquilo que o Estado tem sido incapaz de fazê-lo, como tônica da concepção de que a Responsabilidade sócio-ambiental nas empresas refere-se a um projeto do capitalismo no Brasil, visando manutenção do processo de hegemonia da classe dominante. Existe, também, o entendimento de que os que apregoam a Responsabilidade social das empresas, procuram passar a idéia do Estado ineficiente e incapaz de atender às demandas sociais.

Para Montañó (2002), o Estado é considerado opressivo, ineficiente, predador e, sendo assim, o seu enfraquecimento é pré-condição para o fortalecimento da sociedade civil, ou seja, a sociedade civil se transforma, supostamente em sua antagonista.

Dessa forma, ao confrontar o Estado e a iniciativa privada, esta se mostra exatamente oposta àquele, ou seja, ela aparece como eficiente, democrática e capaz de implementar os projetos sociais que o Estado fracassou em realizá-los.

César (2008, p.254), afirma que:

A assimetria entre eficiência pública e privada é, justamente, reforçada pelo tratamento dado pelo empresariado aos investimentos sociais, o que lhe conferiria não só maior agilidade, mas também "eficácia", obtendo resultados mais satisfatórios na aplicação de recursos em programas sociais.

Quais seriam, então, as vantagens a serem obtidas pelo setor privado ao assumir compromissos caracterizados como prioritários do setor estatal?

Uma vantagem seria a venda de uma imagem provedora junto à sociedade, que nada mais é que o público consumidor. César (2008, p.251), afirma que quando as empresas divulgam um suposto reconhecimento público de sua relevância para o desenvolvimento social e econômico, a extensão de seus “tentáculos” se estabelece a partir do reforço de sua imagem junto à sociedade e ao mercado consumidor.

Sendo assim, a realização da responsabilidade social estaria inserida no processo de gestão da empresa, visto que, faz parte de suas atividades operacionais, a busca pela hegemonia de mercado, que possui como um dos fatores relevantes, a construção de uma imagem satisfatória da empresa junto ao público consumidor.

Outra vantagem seria o uso do discurso da responsabilidade sócio-ambiental das empresas como elemento importante na manutenção da hegemonia ideológica do empresariado como classe dominante, procurando desvirtuar o foco do debate que seria o da precariedade das políticas públicas e de proteção social, substituindo-a pelo discurso do estímulo à cidadania e à participação voluntária.

Uma vantagem de caráter operacional, porém não menos importantes para as organizações que desenvolvem a responsabilidade sócio-ambiental, reside no fato de que, para fins de cálculo do imposto de renda (tributo incidente sobre o lucro tributável das empresa), existe o benefício fiscal, concedido às pessoas jurídicas que contribuem com as entidades civis sem fins lucrativos, da dedutibilidade dessas doações como despesas operacionais, nos termos da legislação tributária .

Assim, quando uma empresa resolve doar para entidades civis sem fins lucrativos, logo após o Natal, mercadorias que foram avariadas e que, portanto, perderam a condição de venda, provavelmente é bem menos pelo fato de ainda estarem envolvidas pelo “espírito de Natal”, mas sim pelo motivo de que, sob a ótica do planejamento tributário, tal medida representar uma economia de tributos, o que é bem vantajoso para a organização.

Como crítica ao discurso da responsabilidade sócio-ambiental, é identificada uma desproporcionalidade entre os recursos destinados a essas atividades e os resultados econômicos das empresas. César (2008, p.287), utilizando os balanços sociais de 29 empresas disponíveis no IBASE, no período de 2000 a 2004, chegou à conclusão de que “Se as vantagens para elas são muitas, os investimentos, entretanto não parece ser tão vultosos, quando comparados com as receitas líquidas, contabilizadas pelas grandes corporações”.

Alguns autores defendem a idéia de tipificação da responsabilidade social no propósito de melhor esclarecer sua ocorrência. Daft (1999), identifica quatro níveis de responsabilidade social.

O nível econômico estabelece que a empresa deve produzir produtos de qualidade, em atendimento às necessidades da sociedade, praticando uma política de preços capaz tanto de satisfazer às expectativas do cliente como também de gerar resultados positivos que garantam a continuidade do empreendimento. Este seria a base da responsabilidade social, sem ele os demais níveis não ocorreriam.

O nível legal da responsabilidade social considera que a empresa deva atingir suas metas econômicas, dentro de um sistema legal, atuando em consonância com o ordenamento legal. Dessa forma, a empresa que sonega tributos e não cumpre a legislação trabalhista, não tem a qualificação da responsabilidade social no nível legal. Por outro lado também é comum perceber que muitas empresas limitam a prática da responsabilidade social ao nível legal, por considerarem que no Brasil impera uma forte carga tributária e uma severa legislação trabalhista que, alcançar o nível legal já é o suficiente para caracterizar a responsabilidade social.

Responsabilidade ética diz respeito ao que a sociedade espera da organização, independentemente dos aspectos econômicos e legais. O comportamento anti ético surge quando indivíduos ou grupos tiram proveito de determinada situação a custa da sociedade. Este nível de responsabilidade social tem sido muito cobrado pela sociedade que está atenta aos produtos oferecidos, ao marketing praticado, ao relacionamento da empresa com a sociedade e principalmente nas práticas transparentes de atuação comercial.

Responsabilidade discricionária trata de uma responsabilidade social desprovida de qualquer interesse, ao praticá-la, a empresa não espera obter nenhum tipo de beneficiamento. Geralmente as doações de recursos são assim caracterizadas. Também são classificadas como atividades filantrópicas.

Montana e Charnov (1998) propõem três abordagens da responsabilidade social. A primeira é a da obrigação social, nela o gestor considera cumprida a função social da organização, na medida em que ela produz bens e serviços em troca de lucros, dentro dos limites legais. Essa concepção de responsabilidade social está associada ao economista Milton Friedman que considera que a empresa lucrativa beneficia a sociedade por gerar recursos e empregos.

A segunda abordagem é a da reação social, nela a empresa reage com responsabilidade social na medida em que é pressionada para tal, portanto é a pressão social que faz com que a

empresa exerça a responsabilidade social. Existe aqui por parte da organização, uma grande expectativa sob a reação da sociedade em relação às práticas que a empresa desenvolve e que se refletem na sociedade. Quando as forças externas exercem pressão, a empresa procura o ajustamento à responsabilidade social.

A terceira abordagem é a da sensibilidade social. A empresa socialmente sensível, exerce um permanente comportamento social responsável, geralmente suas práticas são preventivas e antecipadoras aos problemas que possam afetar a relação entre empresa e sociedade. Em geral, é comum identificar que empresas que atingem este nível de responsabilidade social, já passaram pelos outros níveis e através do aprendizado ocorrido, procuram então modificar favoravelmente, suas práticas sociais.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida sob o enfoque da abordagem qualitativa. Segundo Oliveira (2007, p.60), “A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade”. O estudo da responsabilidade social da ALUNORTE ocorre através da análise dos balanços social e patrimonial e sua respectiva conciliação.

Adotando a classificação de Vergara (2009), a pesquisa pode ser tipificada quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa é caracterizada como descritiva. Para Vergara (2009), descrever é narrar o que acontece, estando a pesquisa descritiva interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. Para que ocorra o exercício da conciliação, torna-se necessário descrever e conhecer os dois tipos de balanços, o social e o patrimonial.

Quanto aos meios de investigação, a pesquisa é documental. Para Oliveira (2007, p.69), bastante semelhante à pesquisa bibliográfica, a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação.

A diferença reside na natureza da fonte, a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias, enquanto que a documental utiliza fontes primárias, ou seja, documentos que ainda não passaram por nenhum tratamento científico.

Os dados utilizados nos balanços social e patrimonial da ALUNORTE, foram colhidos de publicações de jornal local de Belém, onde a empresa está obrigada anualmente a publicar suas demonstrações contábeis.

3.1 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados são obtidos pelo acesso às demonstrações contábeis nos exercícios sociais de 2008 e 2009. Por força da legislação societária, a ALUNORTE deve publicar anualmente em jornal de grande circulação suas demonstrações contábeis, nas quais foram selecionadas para efeito de estudo, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do resultado do exercício, o Balanço Social e as notas explicativas que são informações complementares mas que possuem alguns aspectos esclarecedores que guardam relação com a responsabilidade social da ALUNORTE.

Para facilitar a execução do exercício da análise e viabilizar a posterior conciliação, os dados constantes da análise dos balanços social e patrimonial foram identificados em tabelas, o que facilita também a análise comparativa, especialmente quanto a aplicação dos dados da ALUNORTE, confrontados com a empresa Y YAMADA.

Na sequência da produção dos dados, os mesmos são dispostos em tabelas para a posterior análise, que ocorre com o exercício da comparação e da conciliação entre os dados obtidos nos balanços social e patrimonial da ALUNORTE.

4 APLICAÇÃO E RESULTADO DA ANÁLISE

CONTEXTUALIZAÇÃO

A empresa ALUNORTE está sediada no município de Barcarena, que até meados de 1943 era considerado distrito da cidade de Belém, porém, mediante a promulgação de um Decreto estadual, de 1943, foi reconhecida como município do estado do Pará.

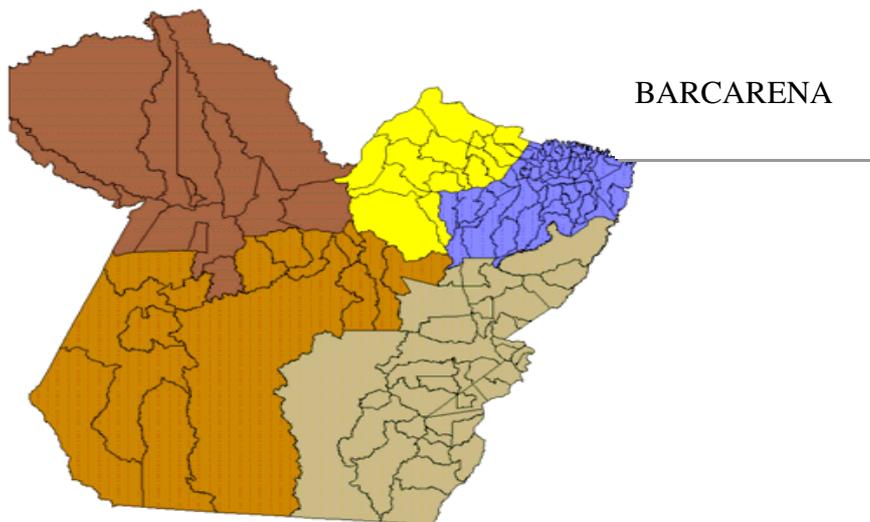


Imagem 01. Fonte: IDESP, 2009.

O índice de desenvolvimento humano (IDH) procura identificar o nível de desenvolvimento de uma localidade, considerando o fator humano. Tendo uma variação de zero a um, o IDH representa uma síntese de três índices, renda, longevidade e educação. Os países com IDH elevado, variam entre 0,800 a 0,899. O Brasil atualmente (2009) possui um IDH de 0,813, mantendo-se entre os classificados como de desenvolvimento humano elevado. O município de Barcarena, no estado do Pará, apresenta o IDH de 0,769 (IDESP, 2009).

Constata-se então que, embora existam grandes empreendimentos em Barcarena, tendo a própria ALUNORTE como exemplo, o desenvolvimento humano está abaixo do patamar do País. Tal fato ressalta a possibilidade de que a riqueza produzida pelos empreendimentos instalados em Barcarena, não se transfere à população local.

Outro aspecto importante a ressaltar sobre o Município de Barcarena, diz respeito ao PIB da localidade, que de acordo com o IDESP (2009), é o segundo maior do estado, ficando atrás apenas da capital do estado, Belém. Considerando, no entanto, o PIB *percapita*,

Barcarena possui o valor de R\$ 43.248, assumindo a colocação de primeiro lugar no PIB *percapita* do estado do Pará.

A contradição entre o IDH e o PIB de Barcarena, revela a possibilidade de que a riqueza gerada pelos grandes empreendimentos, especialmente das empresas ALBRAS e ALUNORTE, não é compartilhada pelas populações locais.

De acordo com o IOS (2009), a ALUNORTE, fundada em 1978, tem suas atividades iniciadas apenas em 1995, com a capacidade produtiva de 1,1 milhão de toneladas de alumina. A estrutura organizacional mostra uma divisão em oito gerências, tendo a seguinte estrutura hierárquica: diretor, gerente de área, gerente de divisão, gerente operacional, operadores e demais empregados.

O Processo produtivo da Alunorte é chamado de refinaria, que se dispõe a transformar a bauxita em alumina calcinada. Tal processo é intitulado de Bayer, composto de cinco fases (IOS, 2009):

- a) moagem, na qual a bauxita é triturada e moída;
- b) digestão, a alumina é dissolvida em soda cáustica e transformada em um líquido, chamado licor rico;
- c) filtração, onde o licor é separado dos resíduos da bauxita;
- d) precipitação, onde o licor é enviado aos precipitadores, começando a se cristalizar, formando o hidrato de alumina;
- e) calcinação, última fase, onde a água contida no hidrato é retirada, formando o óxido de alumínio ou simplesmente, alumina.

RESULTADO DA ANÁLISE

A contabilidade tem por objeto de estudo o patrimônio das organizações, tais estudos se desdobram nos aspectos qualitativos e quantitativos, pois não basta para a contabilidade apenas revelar os componentes do patrimônio, visto que estaria atendendo somente ao aspecto qualitativo. É necessário mensurar seus componentes, com a atribuição de valores monetários a cada um deles.

4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Para evidenciar qualitativa e quantitativamente o patrimônio das organizações, a contabilidade utiliza o demonstrativo intitulado Balanço Patrimonial (BP), que tem a perspectiva de revelar o nível e a capacidade de endividamento da organização, dentre outras informações relevantes.

Esta leitura esclarecedora só é possível em função da forma com que o BP é elaborado, sendo o BP um quadro que indica todas as aplicações de recursos formadas pelos ativos, decompostos em circulantes e não circulantes, onde os ativos circulantes são formados pelos recursos monetários e por aqueles que no giro normal do negócio se converterão em disponibilidades monetárias, como os estoques e os valores recebíveis no curto prazo. (MARION, 2006).

Já os ativos não circulantes, são identificados por valores recebíveis no longo prazo pelas participações permanentes em outras empresas, pelos bens e direitos de uso da organização e finalmente, pelos ativos intangíveis, que embora não sendo composto por bens físicos, expressam valor e atualmente, representam parcelas importantes dos ativos, como por exemplo, marcas, domínio de tecnologias, qualificação de funcionários, ou seja, o capital intelectual. (MARION, 2006).

Os ativos são financiados por duas fontes, a primeira representa recursos formados na própria organização, advindos dos proprietários, com a constituição do capital social e com recursos originados pelas organizações, através da geração de lucros. Tais origens de recursos são denominadas patrimônio líquido.

Outra fonte financiadora dos ativos são os recursos de terceiros, representados por todas as exigibilidades contraídas pelas organizações, formadas pelas obrigações vencíveis no curto prazo, identificadas por passivos circulantes e pelas dívidas vencíveis no longo prazo, identificadas por passivo não circulante. (IUDÍCIBUS, 1997).

Com os componentes assim identificados, o BP possibilita uma análise comparativa capaz de proporcionar à gestão da organização, ou seja, a geração de informações necessárias à uma adequada tomada de decisão.

A analogia dos grupos dos ativos e passivos possibilita decifrar esta linguagem contábil, como por exemplo, no caso da informação sobre a capacidade de pagamento no curto prazo, deve-se dividir o ativo circulante pelo passivo circulante. O resultado indicará

que, para cada um real de obrigações vencíveis no curto prazo, existem tantos reais (o resultado da divisão) de valores disponíveis e conversíveis em dinheiro no curto prazo.

Pelo poder informacional, o BP é um demonstrativo contábil utilizado por usuários contábeis nos mais diferenciados interesses (MARION, 2006). Os credores procuram se certificar sobre a possibilidade de receber seus recursos emprestados à organização, assim como a possibilidade de concessão de novos empréstimos, já os investidores focam suas atenções nos resultados apurados, distribuídos no patrimônio líquido, assim como nos dividendos que deverão receber e que para a organização, estão inseridos nos passivos.

O resultado da análise dos balanços patrimoniais da ALUNORTE (Alumina do Norte do Brasil S.A.) no biênio 2008 e 2009 se dá nas seguintes perspectivas:

- a) Identificar a solidez financeira da empresa expressa em indicadores capaz de medi-la;
- b) Avaliar a magnitude do patrimônio, através de análise comparativa com empresa local; e
- c) Sugerir elementos importantes para constar no balanço social.

A solidez financeira da empresa foi evidenciada pela utilização de dois indicadores de liquidez, capazes de medir a capacidade de pagamento das obrigações (no curto e longo prazo) da organização, e da forma de financiamentos do ativo. Os indicadores de liquidez são apresentados na Tabela 1.

TABELA 1. Indicadores de liquidez

Indicador	Ano 2008	Ano 2009
Liquidez corrente	R\$ 2,65	R\$ 2,00
Liquidez geral	R\$ 0,57	R\$ 0,57

Conforme Tabela 1, a liquidez corrente revela que para cada um real de obrigações vencíveis no curto prazo, a ALUNORTE disponibiliza R\$ 2,65 em 2008 e R\$ 2,00 em 2009, o que revela uma posição confortável, já que a metade do capital de giro da empresa, ativo circulante, está livre das dívidas de curto prazo.

Igual posição não se repete quando o estudo se volta para a capacidade de endividamento de longo prazo, revelando que para cada um real das obrigações vencíveis no curto e longo prazo, a empresa disponibiliza apenas de R\$ 0,57 centavos, tanto em 2008 e 2009. Este Quadro pode ser justificado pelo financiamento a pagar entre 2010 e 2017 junto ao *Japan Bank for International Corporation* de aproximadamente 250 milhões de dólares (ALUNORTE. Relatório da administração – ano de 2009. O Diário do Pará, Belém, 15 abr. 2010. Caderno Economia, Nota explicativa nº 13 p. 11 – 13).

A solidez financeira também pode ser constatada com a identificação de como a empresa financia seus ativos, que pode ser calculada através das duas fontes de financiamento, que são os recursos de terceiros (representados pelos passivos de curto e longo prazo) e recursos próprios (representado pelo patrimônio líquido). O resultado deste cálculo está indicado na Tabela 2.

TABELA 2. Fontes de financiamento do ativo

Fontes de financiamento dos ativos	Em 2009	Em 2008
Recursos de terceiros	28,23%	35,84%
Recursos próprios	71,77%	64,16%

Na Tabela 2 os recursos próprios formam o patrimônio líquido, que representa a medida contábil da riqueza da empresa (IUDÍCIBUS, 1997). Tais recursos são destinados à aquisição de ativos, assim como os recursos de terceiros também o são. Dessa forma, os percentuais demonstram que os ativos foram financiados com 64,16% e 71,77% de recursos próprios, respectivamente, em 2008 e 2009, revelando que a empresa pouco recorre aos capitais de terceiros para o financiamento dos seus ativos.

Outros indicadores poderiam ser empregados, porém os que foram utilizados já indicam a suficiente solidez financeira da empresa, o que se demonstra pela confortável situação de liquidez, assim como a constatação de que os ativos são financiados, em grande parte, com recursos próprios.

Outro aspecto da análise de dados ocorre com a confrontação de grandezas entre os balanços patrimoniais da ALUNORTE e de uma das maiores empresas paraenses que atuam no setor supermercadista, o grupo Y YAMADA, classificado como a maior rede supermercadista da região norte pela Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) (www.abrasnet.com.br). Os dados do grupo Y YAMADA foram extraídos de um jornal local (Y YAMADA S/A – Relatório da Diretoria. O Diário do Pará, Belém, 23 de abril de 2010. Caderno Economia, p. b8).

As grandezas a serem comparadas evidenciam o patrimônio, faturamento e lucro das empresas, referente aos demonstrativos contábeis do ano de 2009, conforme a Tabela 3.

TABELA 3. Indicadores econômicos

Grandezas	Alunorte	Y YAMADA–
Ativos totais	R\$ 6.293.716 – em bilhões	R\$ 588.518 – em milhões
Impostos e contribuições	R\$ 16.499 – em milhões	R\$ 34.217 – em milhões
Capital social – residentes no País	R\$ 1.799.621 – em bilhões	R\$ 23.000 – em milhões
Capital social – residentes no Exterior	R\$ 1.167.544 – em bilhões	XXXXXXXXXX
Receita bruta – faturamento	R\$ 2.800.120 – em bilhões	R\$ 1.212.335 – em bilhões
Lucro líquido	R\$ 232.603 – em milhões	R\$ 7.484 – em milhões

A comparação dos ativos na Tabela 3 espelha a grandeza que a ALUNORTE representa para o estado do Pará, aproximadamente, dez vezes superiores aos ativos do grupo Y YAMADA. O volume dos ativos, que são recursos utilizados na geração dos lucros, também pode revelar a capacidade contributiva das empresas, porém isto não ocorre, pois enquanto a ALUNORTE apresenta em 2009, próximo de 16.000 milhões de reais, o grupo Y YAMADA apresenta, aproximadamente, o dobro de recolhimento de impostos e contribuições.

A receita bruta e o volume dos ativos revelam que a capacidade contributiva da ALUNORTE supera bastante a do grupo Y YAMADA, porém, o tratamento tributário favorecido, concedido pelo governo federal e estadual, através de decretos concedendo isenções e diminuições de base de cálculo de tributos, proporcionou a ALUNORTE uma

posição confortável em relação ao volume de passivos tributários. Ao grupo Y YAMADA coube o tratamento tributário comum estabelecido pela legislação pertinente.

Outra análise comparativa, que se mostra relevante, é a evidenciação dos gastos com salários e benefícios a empregados, que são imprescindíveis à gestão organizacional. A comparação ocorre entre uma indústria extrativa e beneficiadora, com um complexo processo produtivo e uma empresa comercial e supermercadista. Os elementos utilizados para esta comparação, além dos gastos com salários e benefícios, incluem também a quantidade de empregados.

Os valores absolutos de salários e benefícios pagos aos empregados em 2009, bem como a média individual, são apresentados na Tabela 4.

TABELA 4. Comparativo entre empresas

Empresa	Despesas com pessoal e benefícios	Valores per capto mensais
Y YAMADA	R\$ 111.345 milhões	2.21 salários mínimos
ALUNORTE (sem terceirizados)	R\$ 31.213 milhões	3.42 salários mínimos
ALUNORTE (com terceirizados)	R\$ 45.863 milhões	0,65 salários mínimos

O resultado obtido na Tabela 4 foi efetuado através dos seguintes procedimentos: Em primeiro lugar, foram estabelecidos os valores em milhões de reais de gastos com pessoal e benefícios do ano de 2009, que presumivelmente, devem absorver todos os direitos incorporados aos proventos, como férias, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e décimo terceiro salário.

Em segundo lugar, os gastos foram divididos pela quantidade de empregados, no caso da ALUNORTE, também foram identificados os terceirizados, sendo tal resultado convertido em valor mensal (dividido por doze), e por fim, dividido pelo salário mínimo vigente (R\$ 510,00), resultando no gasto individual (per capto) em quantidade de salários mínimos.

Os gastos mensais da ALUNORTE constantes na Tabela 4, não considerando os terceirizados, correspondem a pouco mais de três salários mínimos (por empregado), porém considerando que os terceirizados representam seis vezes mais que a quantidade de empregados, deduz-se que eles não se alojam apenas nas atividades acessórias (vigilância,

alimentação, limpeza e outros), sendo assim, considera-se que os terceirizados devam também compor o cálculo, fazendo com que esse gasto mensal passe a ser de 0,65 do salário mínimo.

Sabe-se que pela legislação trabalhista brasileira, nenhum trabalhador pode ganhar menos que um salário mínimo, porém como a terceirização pressupõe a existência de contrato entre tomadores e prestadores de serviços, presume-se que tais contratos sejam bastante vantajosos. À ALUNORTE, a ponto de que se ela tivesse que pagar salário a cada trabalhador terceirizado, tal provento representaria 65% do salário mínimo.

A quantidade de empregados e terceirizados, no ano de 2009, é apresentada na Tabela 5.

TABELA 5. Empregados.

Empresa	Empregados em 2009
YYAMADA	8.200 aproximadamente
ALUNORTE-Empregados	1.493 empregados
ALUNORTE-Terceirizados	10.000 aproximadamente

O grupo empresarial Y YAMADA dedica-se à atividade comercial, em especial, a lojas de departamentos e supermercados. Já a ALUNORTE é uma indústria produtora da alumina (matéria-prima do alumínio), desenvolvendo um processo de transformação do mineral bauxita em alumina calcinada, com sete linhas de produção, atingindo em 2009, o total de 6,3 milhões de toneladas de alumina produzidas (Relatório IOS - 1998).

Sendo assim, conforme a Tabela 5, com apenas os 1.493 empregados, a empresa dificilmente atingiria sua atividade fim, recorrendo então à terceirização para fazê-la, o que é menos oneroso para a empresa, pois evitam os custos trabalhistas. Por outro lado, tal prática é considerada ilegal pela legislação trabalhista, que impede a terceirização voltada para a atividade fim (Portaria nº 03/1998 do Ministério do Trabalho).

O último aspecto a ser evidenciado do Balanço Patrimonial é no tocante aos passivos sociais e ambientais, que a rigor representam obrigações que a organização contrai junto à sociedade, por alguma prática lesiva a própria sociedade ou ao meio ambiente, que pode estar reclamada na via judiciária ou pode estar ainda na esfera administrativa.

A nota explicativa ao BP, de nº 14/C (publicada com o conjunto das demonstrações contábeis no jornal Diário do Pará, em 15/04/2010), identifica que a ALUNORTE tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não foram reconhecidas no BP, da seguinte ordem conforme a Tabela 6.

TABELA 6. Ações judiciais

Natureza das ações	Em 2009	Em 2008
Tributárias	R\$ 4.307 milhões	R\$ 1.285 milhões
Cíveis	R\$ 1.000 milhão	R\$ 1.696 milhão
Trabalhistas	R\$ 16.418 milhões	R\$ 11.963 milhões
Total	R\$ 21.725 milhões	R\$ 14.944 milhões

Considerando na Tabela 6 o total das dívidas vencíveis no curto prazo (passivo circulante) em 2009, tais valores que não foram reconhecidos no BP, representam quase que 7% dessas obrigações. Tais passivos podem ser identificados como sociais por envolverem ações originadas de ex trabalhadores (ações trabalhistas) e pelo governo (ações tributárias) e podem também demandar da sociedade, no caso de ações cíveis.

No caso das ações tributárias é interessante o reconhecimento do tratamento diferenciado da empresa no que concerne à desoneração do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) nas exportações (Lei Kandir), assim como o abatimento de 75% do imposto de renda até o ano de 2014, o que não impediu à empresa de cometer infrações fiscais, dando origens a tais ações. No tocante aos passivos ambientais, não existem elementos do BP capazes de identificá-los, mas no BS seguramente haverá possibilidade de fazê-lo.

4.2 BALANÇO SOCIAL (BS)

Os Balanços sociais de 2008 e 2009 da ALUNORTE apresentam valores referenciais, que servem de base de cálculo e, em seguida, os indicadores, que são de duas espécies. Os laborais (recursos destinados aos empregados) e os sociais (recursos destinados à sociedade). São ainda apresentados os investimentos em cidadania e meio ambiente, para concluir com os indicadores do corpo funcional. Todos os dados a seguir foram extraídos do Balanço Social da ALUNORTE, publicado em jornal local (ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S/A. Balanço Social – O Diário do Pará, Belém, 15 de abril de 2010. p.B13).

Os indicadores laborais são descritos na Tabela 7.

TABELA 7. Indicadores laborais.

Indicador	2009 – em milhões	2008 – em milhões
Encargos sociais compulsórios	18.769	16.714
Alimentação	8.183	7.305
Transporte	4.787	3.915
Previdência privada	628	395
Saúde	5.364	4.549
Segurança e saúde no trabalho	2.497	4.385
Educação	4.045	4.587
Capacitação e desenvolvimento profissional	231	760
Participação dos trabalhadores nos resultados	7.344	8.361
Outros benefícios	1.297	2.329

Como indicadores laborais mais significativos presentes na Tabela 7, os encargos sociais compulsórios abrangem os salários e as obrigações trabalhistas previstas em Lei, o que evidencia que a maior parte dos recursos destinados aos empregados são provenientes de obrigatoriedade, ou seja, são compulsórios. Todos os demais indicadores laborais se

constituem em liberalidade da empresa ou podem estar previstos em documentos provenientes de acordos sindicais, como por exemplo, a participação dos trabalhadores nos resultados.

No que concerne à quantidade de empregados, ocorreu diminuição do quadro funcional de 2008 (1.580) para 2009 (1.493) em 87 trabalhadores. Dos indicadores laborais, no total de dez, conforme descrito na Tabela 7, metade tiveram aumento de valor e a outra metade diminuiu de valor, como no caso dos gastos com segurança e saúde no trabalho, que de R\$ 4.385 em 2008, passou a R\$ 2.497 em 2009.

É importante também perceber que o valor das ações trabalhistas que tramitam no âmbito judiciário, corresponde a pouco mais de dezesseis milhões de reais em 2009, conforme Tabela 6, valor este inferior apenas aos encargos sociais compulsórios dos indicadores laborais, o que se conclui que existe por parte dos ex empregados uma grande demanda pela garantia de seus direitos trabalhistas, a ponto de tais valores superarem os indicadores do corpo funcional, exceto os encargos sociais compulsórios.

Considerando na Tabela 7 apenas os valores efetivamente caracterizados como benefícios proporcionados aos empregados em 2009, excluindo-se, portanto os encargos sociais compulsórios, que representam tão somente um ajustamento ao ditame legal, bem como contando também com os trabalhadores terceirizados, que embora não tendo um quantitativo oficial da empresa mas pela pesquisa do Instituto do Observatório Social (IOS – ALUNORTE, pesquisa 2008) representam aproximadamente 10.000 trabalhadores, os valores gastos mensalmente com os trabalhadores indicados na Tabela 8.

TABELA 8. Gastos com empregados.

Valor dos indicadores laborais, exceto os encargos sociais compulsórios	Quantidade de trabalhadores	2009 – R\$	Gasto individual mensal
Apenas empregados da ALUNORTE	1.493	R\$ 34.376.000	R\$ 1.918,73
Empregados e terceirizados da ALUNORTE	11.493	R\$ 34.376.000	R\$ 249,25

Acredita-se que o segundo cálculo, incluindo os terceirizados, está mais próximo de um cenário real, já que grande parte dos benefícios disponibilizados pela empresa são estendidos aos trabalhadores terceirizados.

Um fato em especial às trabalhadoras diz respeito aos investimentos em creche ou auxílio-creche. Torres e Mansur (2008, p.10), analisaram 227 balanços sociais de empresas que somadas representam 1,7 milhão de postos de trabalho, onde se constatou que os investimentos médios em creche ou auxílio-creche caíram pela metade de 2002 para 2003 e permaneceram R\$ 10,00 *per capita* nos últimos períodos. O estudo conclui com o seguinte questionamento: “Esses números nos levam a algumas reflexões: em quais condições de trabalho encontram-se essas mulheres? E qual será a situação nas empresas que nem sequer dão transparência e visibilidade às suas informações sociais internas?”

Nos balanços sociais da ALUNORTE dos anos de 2008 e 2009, não constam recursos de investimentos sociais internos de creche ou auxílio-creche. Pesquisa do Instituto Observatório Social sobre a ALUNORTE (www.observatoriosocial.org.br), atestam que 94,5% dos funcionários são homens e que as mulheres somariam apenas pouco mais de 60 pessoas. Essa mesma pesquisa revela também que por acordo trabalhista, o auxílio-creche foi estendido a esposa dos trabalhadores com filhos até 3 anos de idade.

Também é importante ressaltar que este benefício deveria se estender aos trabalhadores terceirizados, que de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas do Município de Barcarena (STIQMB), somam 10.000 trabalhadores, com 2.000 destes trabalhando internamente na empresa e 8.000 atuando nas obras de expansão.

Os indicadores sociais estão representados pelos tributos, conforme Tabela 9.

TABELA 9. Tributos.

Indicadores sociais	2009 – em milhões	2008 – em milhões
Tributos	R\$ 1.133	R\$ (92.738)

A empresa qualifica os tributos, conforme Tabela 9, como indicadores sociais, ou seja, a materialização de sua responsabilidade social corporativa está restrita ao recolhimento de tributos. Como os tributos estão previstos em Lei, então os recursos que a empresa disponibiliza através deles, nada mais representam que um cumprimento de texto legal que qualquer empresa deve fazê-lo.

No que concerne ao ano de 2008, tais indicadores sociais, representados por tributos, estão negativos, o que revela que a companhia deixou de arrecadar, por força de benefícios fiscais, quase 93 milhões de reais, porém como grande parte desses benefícios não se

renovaram para o ano de 2009, a empresa passou a apresentar este indicador, positivo em pouco mais de um milhão de reais.

Tal indicador, apresentado sob o ponto de vista monetário, é insignificante, considerando que tanto os ativos quanto o faturamento da empresa atingiram, em 2008 e 2009, a casa dos bilhões de reais, assim como as ações judiciais de natureza tributária, conforme já evidenciado na Tabela 6, atingiram, em 2008 e 2009, respectivamente, os valores de 1.285 milhões e 4.307 milhões de reais.

Após a apresentação dos indicadores laborais e sociais, são evidenciados os investimentos em cidadania, classificados como projetos e ações sociais, correspondentes a 570 mil reais em 2009 e 1.178 mil reais, em 2008.

São listadas na Tabela 10 as atividades caracterizadas como investimentos em cidadania, conforme o relatório da diretoria para o ano de 2009.

TABELA 10. Ações sociais.

Programa ou projeto	Característica
Programa plasticultura	Capacitação de agricultores em técnicas de plantio, plano de negócios, vendas e educação ambiental escolar
Cooperativa de costura e moda de Barcarena	Costureiras capacitadas em programas de qualificação profissional
Programa educar para preservar	Oficinas sobre educação sócio - ambiental
Programa bola pra frente, educação pra gente	Ações educacionais e esportivas para 2.500 estudantes
Torneio das indústrias (SESI)	Patrocínio e apoio material à participação dos empregados
Projeto de voluntariado corporativo	Atendimento à comunidade com serviços de emissão de documentos e atividades físicas, cortes de cabelo, odontologia e outros,
Relacionamento com <i>Stakeholders</i>	Incentivo à visitas de estudantes
Outras ações de responsabilidade social	Apoio aos empregados voluntários, programa permanente de doação de recursos, instalação de escola de informática e cidadania e outros

Na Tabela 10 o valor destinado a cada programa não são revelados, mas destaca-se a diminuição significativa dos recursos destinados aos projetos e ações sociais de 2008 para 2009, o mesmo ocorrendo com o faturamento e o lucro líquido porém em proporções menores, conforme Tabela 11.

TABELA 11. Receita/lucro/projetos sociais.

R\$	2008	2009	Variação
Faturamento – em bilhões	3.136.404	2.800.120	-10,72%
Lucro líquido – milhões	241.176	232.603	-3,55%
Projetos e ações sociais – em R\$ mil	1.178	570	-51,61%

Pode-se aferir na Tabela 11 que uma diminuição pequena no faturamento e no lucro de 10,72% e 3,55% em 2009, representou um drástico corte nos recursos destinados a projetos sociais de 51,61% de 2008 para 2009, o que evidencia e reforça a posição de Milton Friedman de que função social das empresas é gerar lucros. O percentual dos recursos destinados a projetos e ações sociais, em relação ao faturamento e lucro, considerando o ano mais recente (2009), ratificam o pensamento de Friedman, conforme Tabela 12.

TABELA 12. Percentual do faturamento/ lucro/ações sociais.

Projetos e ações sociais em relação ao	Ano de 2009
Faturamento	0,02%
Lucro líquido	0,25%

Além dos investimentos em cidadania, o BS da empresa ALUNORTE evidencia os investimentos em meio ambiente conforme Tabela 13.

TABELA 13. Investimentos em meio ambiente.

Investimentos em meio ambiente	Em milhões de reais– 2009	Em milhões de reais– 2008
Operacionais	17.074	14.525
Outros projetos ambientais	511	----

Os valores não são devidamente individualizados na Tabela 13 para que se possa esclarecer a diferença significativa dos investimentos operacionais para os caracterizados, como outros projetos ambientais, acredita-se, no entanto que os valores definidos como investimentos operacionais em meio ambiente são destinados para minimizar os efeitos causados pelo processo produtivo da empresa

No Relatório da Administração pertinente ao ano de 2009, a empresa divulga que atendeu a todos os requisitos legais de meio ambiente inerentes a sua atividade, relatando ainda que foram investidos recursos no licenciamento ambiental e outros projetos de melhoria, ressaltando que a ALUNORTE recebeu o prêmio pela Agência Brasil de Segurança (ABS) categoria Top prata em Gestão ambiental.

Foi porém, no ano de 2009, que ocorreu um desastre ambiental de grandes proporções, descrito pelo relatório da administração do ano 2009 como incidente ambiental, sendo assim descrito:

No dia 27 de abril de 2009, após a ocorrência de uma chuva de intensidade nunca antes registrada na região (105 milímetros em apenas uma hora e meia), houve um incidente ambiental no depósito de rejeitos sólidos (DRS) da ALUNORTE. Apesar de possuir um depósito superdimensionado, a água da chuva, contendo resíduos do processo produtivo, transbordou em uma parte do canal de drenagem do DRS, atingindo parte da nascente, nas proximidades da ALUNORTE, do Rio Murucupi. (ALUNORTE. Relatório da Administração ano de 2009. O Diário do Pará, Belém, 15 de abril de 2010. Caderno economia p.B11).

O que a ALUNORTE classifica como incidente ambiental, atribuindo às intempéries da natureza, o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA), considera um desastre ambiental aplicando multa de doze milhões, de acordo com o que noticiou a Assessoria de Comunicação do órgão (ASCOM):

Belém (22/05/09) - Na tarde da última quinta-feira (21), o IBAMA lavrou novo auto de infração em desfavor da empresa ALUNORTE S/A, por poluir o rio Murucupi, no município de Barcarena, no Pará. Desta vez, a multa foi de R\$ 12 milhões, pela comprovação do dano ambiental relatado no laudo do Instituto Evandro Chagas.

Como não existem esclarecimentos adicionais no BS da ALUNORTE, também não se tem a certeza de que nos 17 milhões de reais que a empresa afirma ter investido em meio ambiente, não estejam inclusos os doze milhões de multas estabelecidas pelo IBAMA.

É importante destacar que os recursos classificados como outros projetos ambientais representam apenas 3% dos investimentos ambientais (511 mil reais em 2009) e não existiam até 2008. A relevância deste fato reside na constatação de que, via de regra, a empresa utiliza os veículos de comunicação para divulgar, em maior escala, os projetos ambientais junto às

comunidades, mas que na realidade tais recursos são insignificantes diante dos custos de mitigação dos impactos ambientais, no que a empresa classifica como investimentos ambientais operacionais.

Estando inclusa na relação de empresas controladas pela Vale S/A, a ALUNORTE reproduz a política de defesa do meio ambiente como estratégia importante na obtenção de boa colocação no mercado internacional, mas também reforça o paradoxo de provocar desastres ambientais em proporções alarmantes.

De acordo com o fórum Carajás (www.forumcarajas.org.br), a VALE não é apenas a segunda maior mineradora do mundo (a maior é a *anglo-australiana bhp Billiton*), mas é também a mineradora campeã em multas pelo IBAMA, que desde a privatização, já levou 56 autos de infração, totalizando 37 milhões de reais. Recorrendo a todas as instâncias judiciais, a empresa protela o pagamento, sendo que apenas 217 mil reais de multa já foram pagos.

4.3 BS VERSUS BP - A CONCILIAÇÃO

O sentido mais relevante da conciliação aqui empregado tem o foco na complementaridade, que deverá ser viabilizada através de duas grandes vertentes. A primeira deverá ser a da aplicabilidade de indicadores envolvendo tanto o Balanço Social quanto o Balanço Patrimonial pertinentes ao ano de 2009. Neste momento deverão ser utilizados alguns componentes da demonstração do resultado do Exercício, basicamente o faturamento da empresa e o lucro líquido, pois a concepção de desempenho será tomada como parâmetro, envolvendo produtividade comparada com a quantidade de empregados.

A segunda vertente deverá evidenciar as lacunas existentes no BS e no BP que são julgadas importantes pela pesquisa, razão pela qual serão incorporadas aos demonstrativos em foco.

O primeiro indicador a ser utilizado visa confrontar o passivo do BP, representado pela obrigação da empresa em distribuir lucros aos acionistas (dividendos propostos) e os indicadores laborais do BS, num primeiro momento considerando os encargos sociais e no outro momento, retirando-os do cálculo por considerar que se trata de obrigatoriedade da empresa em ajustamento à legislação trabalhista e que, portanto, não representa nenhum benefício ao empregado.

Os dividendos são destinados aos acionistas, como reconhecimento pela sua participação na formação do capital social. Referente aos lucros de 2009 ocorreu a seguinte destinação (ALUNORTE. Relatório da Administração. Diário do Pará, Belém, 15 de abril de 2010. Caderno economia, notas explicativas nº 15/e. p.B16).

TABELA 14. Composição societária da ALUNORTE.

Acionista	Participação acionária	Dividendos propostos em milhões de Reais
VALE	57%	R\$ 31.575
NORSK HYDRO ASA	34%	R\$ 18.834
COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO – CBA	04%	R\$ 2.216
NIPPON AMAZON ALUMINIUM CO. – NAAC	02%	R\$ 1.108
JAPAN ALUNORTE INVESTMENT CO.	01%	R\$ 554
mitsui & CO.	01%	R\$ 554
mitsubishi CORPORATION	01%	R\$ 554
TOTAL	100%	R\$ 55.395

Mudança recente ocorreu na composição do quadro acionário da ALUNORTE, com a VALE anunciando à imprensa, à venda de suas participações societárias nas empresas ALBRAS e ALUNORTE, para a companhia norueguesa *Norsk Hydro* – ASA, que agora detém 91% (noventa e um por cento) da participação societária na ALUNORTE.

Muitos consideram que este procedimento faz parte de um processo de desnacionalização da VALE, que tendo consolidada a privatização, agora caminha para se tornar uma empresa sem nenhuma participação de capital brasileiro, muito embora continue explorando recursos naturais do solo brasileiro.

Na sessão do Senado Federal do dia 06 de maio do corrente ano, o Senador paraense Jose Nery argumenta:

[...] a farsa envolvendo a VALE, antiga Companhia Vale do Rio Doce, finalmente chega ao fim. Depois da criminoso privatização, vem a vergonhosa desnacionalização. A VALE surpreendeu esta semana a opinião pública com uma decisão de se desfazer de toda a sua cadeia de alumínio, cuja cadeia produtiva está concentrada no estado do Pará (JOSÉ NERY, Senado Federal)

Os indicadores laborais já foram evidenciados quando da abordagem específica do BS, porém é importante destacar que tais indicadores, classificados como benefícios concedidos aos trabalhadores da ALUNORTE, contam em sua maior parcela, com os encargos sociais compulsórios que a empresa paga como ajustamento à legislação trabalhista e previdenciária.

Por considerar que tais encargos são compulsórios e representam ajustamento ao parâmetro legal é que os mesmos serão retirados do cálculo proposto, por caracterizá-los não como benefícios aos trabalhadores, mas como obrigações a serem cumpridas.

A obtenção do indicador tem a seguinte formulação: dividendos propostos em 2009 divididos pelos indicadores laborais do mesmo ano. Os resultados estão expressos na Tabela 15.

TABELA 15. Relação entre dividendos e indicadores laborais.

Dividendos propostos em 2009	Indicadores laborais em 2009	Relação
R\$ 55.395 milhões	R 34.376 milhões	Para cada real destinado à distribuição de dividendos, existem R\$ 0,61 para investimentos laborais

Do ponto de vista da capacidade de gerar resultados para a organização, três indicadores são aplicados. O primeiro trata de identificar a colaboração dos empregados na realização das vendas e o segundo procura abordar a participação dos empregados na geração de lucro e o terceiro confronta a capacidade produtiva em relação ao número de empregados.

O quantitativo dos empregados considera tanto os trabalhadores identificados como empregados da organização, conforme balanço social, como também os trabalhadores terceirizados, que conforme relato do Instituto Observatório Social (IOS), são aproximadamente 10.000 (dez mil) trabalhadores. A justificativa da inclusão destes no cômputo dos indicadores reside no fato de que eles não estão desempenhando apenas as atividades acessórias, já que para efetuar a capacidade produtiva de 5.900.000 toneladas por ano, é necessário um contingente maior do que os 1.493 empregados.

A Tabela 16 apresenta a relação entre o faturamento e o empregado.

TABELA 16. Relação faturamento/empregado.

Faturamento em bilhões de reais – 2009	Empregados mais terceirizados	Colaboração anual de cada empregado na geração da receita
R\$ 2.800.120.000,00	11.493 trabalhadores	R\$ 243.637,00

A colaboração dos empregados é extraordinária no processo de formação da receita, no sentido de que cada trabalhador da ALUNORTE, sendo empregado ou terceirizado, gera anualmente de receita para a empresa o valor de R\$ 243.637,00, o que mensalmente equivaleria aproximadamente R\$ 20.300,00. Pesquisa efetuada pelo Instituto Observatório social, em 2008 sobre a empresa ALUNORTE, atestou, dentre outros temas relevantes que, a faixa salarial predominante na empresa é entre R\$ 700,00 e R\$ 1.500,00. (www.observatoriosocial.org.br).

Considerando o lucro como um esforço coletivo, no qual a participação dos empregados é fundamental, a Tabela 17 o confronta com o quantitativo de empregados, incorporando empregados e terceirizados. É natural que seja inferior ao indicador anterior, já que ao chegar ao lucro, a empresa remunerou o governo pagando tributos, remunerou empregados e terceiros, pagando salários e juros, e finalmente suportou os custos de produção.

TABELA 17. Relação entre lucros e indicadores laborais.

Lucro em milhões de reais -2009	Empregados mais terceirizados	Colaboração anual de cada empregado na geração do lucro
R\$ 232.603.000	11.493 trabalhadores	R\$ 20.238,00

A produtividade é medida em toneladas (ton.) de alumina e a comparação com o número de empregados serve para mostrar a imensa capacidade produtiva que a empresa desenvolve conforme Tabela 18.

TABELA 18. Relação trabalhador/produção.

Produção em 2009	Empregados mais terceirizados	Produção por empregado
5.900.000 toneladas	11.493	513.356 ton.

Os indicadores a seguir tratarão de comparar o BS com dados da folha de pagamento e do resultado econômico da empresa, estes retirados da Demonstração do Resultado do Exercício, nos anos de 2009 e 2008 para viabilizar a comparação. Tais formulações foram abordadas no artigo intitulado Responsabilidade Social Corporativa: um estudo sobre o comportamento das distribuidoras de energia elétrica da região nordeste, De Luca et al. (2005, p. 8).

A primeira confrontação ocorre entre o percentual da folha de pagamento bruta que a empresa destina a seus empregados na forma de investimentos em alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada e outros que efetivamente se constituem em salário indireto. Os indicadores laborais são divididos pela folha de pagamento apresentando os resultados na Tabela 19.

TABELA 19. Relação folha de pagamento e indicadores laborais

Indicadores laborais/folha de pagamento	2008	2009	Varição
Resultado	5,82	7,10	Positiva

A avaliação positiva da Tabela 19 decorre do aumento no índice, revelando, a priori, que a ALUNORTE ampliou os recursos dos indicadores laborais.

O segundo confronto ocorre entre os indicadores laborais e a receita líquida, utilizada porque é a receita efetiva da empresa, após deduzidos os tributos incidentes nas vendas, as devoluções e os abatimento). A Tabela 20 apresenta o resultado.

TABELA 20. Indicadores laborais e receita líquida

Indicadores Laborais/Receita líquida	2008	2009	Variação
Resultado	0,0159	0,0193	Inexpressiva

O fato de ser inexpressiva a variação decorre da diferença significativa de valores entre tudo o que a empresa vendeu no ano e que pertence a ela (receita líquida) e os indicadores laborais, que se apresentam como relevantes (53 milhões de reais em 2009), mas que se tornam sem expressão quando comparados com a receita líquida da ALUNORTE (dois bilhões, setecentos e cinquenta milhões de reais em 2009).

Em relação aos indicadores sociais, além da receita líquida, foi utilizado o lucro líquido (resultado positivo após a cobertura de todos os custos e despesas).

Na ALUNORTE os indicadores sociais estão identificados pelos tributos, porém existem os investimentos em cidadania destacados no BS da empresa. Os resultados apresentados na Tabela 21.

TABELA 21. Confronto da receita e lucro com indicadores e investimentos sociais

Ano 2009	Indicadores sociais	Investimentos em cidadania
Receita líquida	0,0004117 ou 0,04%	0,0002071 ou 0,02%
Lucro líquido	0,004870 ou 0,48%	0,0024505 ou 0,24%

Os recursos que a ALUNORTE denomina como indicadores sociais, representados pelos tributos, se revelam como parcelas inexpressivas do lucro líquido, mas principalmente da receita líquida, o que indica que a empresa tem faturamento e lucros extraordinários para uma taxa tributária insignificante.

Já os recursos que a ALUNORTE classifica como investimentos em cidadania, mais especificamente, projetos e ações sociais que em 2009 foram da ordem de 570 mil reais, tornam-se irrisórios diante da confrontação com o lucro e a receita líquidos.

No tocante aos investimentos em meio ambiente, os mesmos estão classificados em operacionais e em outros projetos ambientais. Sendo que os primeiros representam 97% do total. Ao serem comparados com o lucro e a receita líquida apresentam os resultados na Tabela 22.

TABELA 22. Receita, lucro e investimentos ambientais.

Investimentos em meio ambiente-2009	Sobre a receita líquida	Sobre o lucro líquido
Operacionais	0,0062052 ou 0,62%	0,073404 ou 7,34%
Outros projetos ambientais	0,0001857 ou 0,02%	0,0021968 ou 0,22%

A segunda vertente desta pesquisa resultou na identificação de itens que estão de fora do BP ou do BS, mas que dêem estar inclusos em tais demonstrativos. Os aspectos mais relevantes desta vertente estão direcionados para o BS, principalmente no que diz respeito aos passivos sociais e ambientais.

Como passivos sociais, as provisões trabalhistas foram identificadas, que por estarem relacionadas ao não cumprimento da legislação, motivam antigos empregados a buscarem seus direitos no âmbito judiciário. Por consequência, tais valores poderiam ser alocados no BS, como subtraendos dos indicadores laborais, por representar aquela parcela dos benefícios trabalhistas que foram negados aos trabalhadores e, por consequência, se configuram como reflexos negativos dos indicadores laborais.

Assim, no BS de 2009, os indicadores laborais teriam a evidenciação apresentada na Tabela 23.

TABELA 23. BS incluindo passivo trabalhista.

Indicador	2009 – em milhões	2008 – em milhões
Encargos sociais compulsórios	18.769	16.714
Alimentação	8.183	7.305
Transporte	4.787	3.915
Previdência privada	628	395
Saúde	5.364	4.549
Segurança e saúde no trabalho	2.497	4.385
Educação	4.045	4.587
Capacitação e desenvolvimento profissional	231	760
Participação dos trabalhadores nos resultados	7.344	8.361
Outros benefícios	1.297	2.329
(-) contingências trabalhistas e previdenciárias	(18.703)	(13.384)
Total dos indicadores laborais	34.442	35.331

Os valores da contingência trabalhista constam da nota explicativa nº 14 constante das demonstrações contábeis divulgadas em 15 de abril de 2010 (jornal Diário do Pará – caderno economia B15).

Os indicadores sociais, que no BS da ALUNORTE são caracterizados como tributos, podem ser confrontados com as contingências tributárias, constantes de R\$ 11.665 (2009) e R\$ 10.908 (2008) milhões em depósitos judiciais e R\$ 4.307 (2009) e R\$ 1.285 (2008) milhões em contingências ainda não provisionadas (que ainda não constam no balanço patrimonial). Tais valores são originados de autos de infração na esfera tributária aplicados pelos órgãos competentes, dos quais os depósitos judiciais são os que julgados desfavoráveis a empresa em uma primeira instância, foram recorridos às instâncias superiores, mediante os depósitos dos valores arrolados.

O BS pode então apresentar os indicadores sociais na estrutura da Tabela 24.

TABELA 24. Indicadores sociais do BS incluindo.

Indicadores sociais	2009 – em milhões	2008 – em milhões
Tributos	1.133	(92.738)
(-)contingências tributárias	(15.972)	(12.193)
Total dos indicadores	(14.839)	(104.931)

O que se depreende do BS na Tabela 24 é que a contribuição da ALUNORTE para a sociedade é negativa, sendo que em 2008 os valores já eram negativos em função dos incentivos fiscais que a empresa goza e que aumentaram com as contingências tributárias. Para 2009 a empresa passou a ter uma pequena contribuição positiva, porém com as contingências tributárias, ela passou a ser negativa.

Quanto aos investimentos em meio ambiente, no que concerne ao ano 2009 seria importante identificar a multa de 12 milhões de reais, que não consta dos relatórios da empresa, mas que foi divulgado pela assessoria de comunicação do IBAMA, conforme já relatado.

Os investimentos em meio ambiente constantes do BS ficariam na estrutura da Tabela 25.

TABELA 25. Investimentos ambientais.

Investimentos em meio ambiente	2009	2008
Operacionais	17.074	14.526
Outros projetos ambientais	511	
Multas e infrações – IBAMA	(12.000)	
TOTAL	5.585	14.526

Com a estrutura proposta na Tabela 25 depreende-se que a empresa utiliza os investimentos ambientais para mitigar o impacto de suas atividades produtivas no meio ambiente, razão pela qual os investimentos operacionais são os mais significativos em valores. Por outro lado, reconhecer as multas e infrações ambientais, torna-se importante para evidenciar à sociedade os impactos negativos causados pela empresa, ainda que não contribua para a construção de uma boa imagem corporativa junto à sociedade.

Quanto à contribuição da empresa para o desenvolvimento local, ainda que não esteja plenamente contemplada no BS, é importante ressaltar que com a presença das grandes empresas ALUNORTE (produtora da alumina) e ALBRAS (produtora do alumínio primário), em vinte anos a população da cidade de Barcarena, aumentou de 17.000 para 75.000 habitantes.

A comunidade cresceu no passar dos anos em consequência da imigração de pessoas que procuravam trabalho. Por muitas pessoas não terem acesso a uma educação boa e não conseguirem trabalho, a desigualdade social cresceu e os assaltos, prostituição e uso de drogas também. (SCHAEFER; STUDTE, 2008, p. 14)

Pelas práticas sociais identificadas na ALUNORTE e seu discurso institucional, constante nos relatórios financeiros, torna-se evidente a presença da escola “empresa e sociedade” no desenvolvimento da responsabilidade social, pois tal escola está estruturada nos princípios basilares da vinculação entre as práticas empresariais e seus reflexos na sociedade, sendo tais reflexos mensurados através do balanço social.

O que se percebe conclusivamente é que na ALUNORTE se reproduz a política aplicada pela controladora VALE, que fundada em 1942 pelo Governo federal, tornou-se a grande estatal brasileira na área da mineração, até sua privatização em 1997. Na época o valor de venda (R\$ 3,3 bilhões de reais) foi considerado inexpressivo diante dos recursos, patrimônio e resultados que a empresa conseguira apurar ao longo dos anos. Atualmente a VALE é uma das maiores indústrias de mineração e metais do mundo e seu valor de mercado está em torno de R\$ 103 bilhões (www.vale.com.br).

Presente em mais de trinta países, a atuação da VALE provocou a reação de várias comunidades e entidades insatisfeitas com forma de agir da empresa, em especial no que concerne ao relacionamento social, culminando com a realização do primeiro encontro internacional dos atingidos pela VALE, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, de 12 a 15 de abril deste ano. Várias falas foram coletadas durante o evento e divulgadas no endereço eletrônico do movimento organizador (www.atingidospelavale.word.press), que para efeito deste trabalho destacam-se:

Virgínia Fontes (Universidade Federal Fluminense – UFF), “Não sei se vocês dimensionaram o que está acontecendo aqui. O imperialismo brasileiro está nascendo. As empresas brasileiras se voltam para explorar força de trabalho em outros países.”

James West (trabalhador da VALE Inço, na cidade de *Sudbury/Canadá*), “Trabalhamos duro, é um trabalho físico com muitos riscos. Eu trabalho com lavra quente e uma vez num acidente tudo explodiu perto de mim, perto do meu corpo. Somos trabalhadores fortes, mas o que eu vi em algumas comunidades aqui no Brasil, me fez chorar”.

José Lezma, camponês da região da *Cajamarca* no Peru, comentando a ação da VALE na bacia do rio Cajamarquino para amedrontar famílias que se opõem aos empreendimentos da Vale na região. “Fomos surpreendidos quando vimos que a Vale contratou criminosos para fazer o trabalho de segurança”.

5 CONCLUSÃO

O exercício teórico da conciliação dos balanços social e patrimonial, que em um primeiro momento se mostrou de difícil aplicabilidade, foi se tornando cada vez mais enriquecedor com o desenvolvimento das tabelas comparativas, com o sentido até de complementaridade, que tais demonstrativos podem proporcionar. A possibilidade de confrontar os valores que a empresa declara em investimentos de responsabilidade social, com os dados financeiros, foram possíveis de serem obtidos e tornaram a pesquisa enriquecedora.

Outro fator relevante diz respeito ao reconhecimento do efeito das ações trabalhistas, tributárias e cíveis como os resultados negativos da responsabilidade social da empresa. Tais valores foram reconhecidos pela empresa apenas nas informações complementares às demonstrações financeiras e tanto no BP quanto no BS foram ignorados, mas pela conciliação, apareceram como parcelas redutoras dos investimentos sociais.

O uso de dados contábeis de uma empresa regional (Y YAMADA) para efeito comparativo com a ALUNORTE, no propósito de viabilizar comparação entre dois grandes grupos empresariais, sendo no caso da ALUNORTE a manifestação de uma estrutura mais complexa por tratar-se de uma indústria exportadora, com capital nacional e estrangeiro na composição acionária.

Ainda que estruturalmente menor, a empresa Y YAMADA apresentou recolhimento de tributos bem superior ao que a ALUNORTE contribui, o que revela favorecimento que a ALUNORTE possui, implicando numa renúncia fiscal que certamente impacta negativamente no volume de arrecadação do estado do Pará, em especial no Imposto de Competência Estadual (ICMS).

Os resultados extraídos do BS, relacionados ao corpo funcional, apontam para uma política de obrigatoriedade social, onde a empresa considera que grande parte de sua responsabilidade social junto aos empregados, consiste no recolhimento dos encargos sociais compulsórios.

Outro aspecto relevante é o número de trabalhadores terceirizados. No BS não existe nenhuma alusão a esses trabalhadores, apenas por informações do sindicato de trabalhadores locais, estima-se que sejam em torno de dez mil trabalhadores terceirizados para próximo de 1.500 empregados registrados pela ALUNORTE.

Acredita-se que a empresa não desenvolva com os empregados terceirizados o mesmo relacionamento que mantém com os seus empregados registrados, isso porque não tem nenhuma informação sobre a terceirização e os trabalhadores terceirizados no Relatório da

Administração para o ano de 2009 e nem no BS, dessa forma fica a grande indagação sobre quais as condições de trabalho e os benefícios dos trabalhadores terceirizados da ALUNORTE.

A possibilidade de refletir sobre a política de responsabilidade social da ALONORTE, não se dá numa perspectiva condenatória, mas na condição de se perceber claramente que existe um mecanismo compensatório, no sentido de que, as práticas operacionais da empresa são impactantes negativos, tanto em relação a comunidade quanto em relação ao meio ambiente, como forma de mitigar tais impactos, a empresa utiliza projetos relacionados à prática da responsabilidade social.

Tal cenário se confirma quando da percepção dos gastos em relação ao meio ambiente, em que quase a totalidade dos investimentos são destinados à atividade operacional, num claro entendimento de que a atividade de refino da bauxita para a produção da alumina, provoca impactos ambientais que precisam ser mitigados.

Também não existe por parte da empresa, o interesse sobre esclarecimentos das multas impostas pelo IBAMA que somaram doze milhões de reais. Considerando que um dos pilares do BS é promover a transparência em relação às ações das empresas, acredita-se que a ALUNORTE perdeu grande oportunidade em exercer esta transparência.

Não se trata de condenar toda a política de responsabilidade social da ALUNORTE e seus projetos comunitários, que a empresa inclusive divulgou em seu Relatório da Diretoria para o ano 2009, porém se pode negar que suas práticas operacionais e sua própria atuação no município de Barcarena não são transparentes, na medida em que não existe pela direção da empresa informações sobre os trabalhadores terceirizados e sobre as multas impostas pelo IBAMA, nem esclarecimentos sobre o efetivo impacto de suas práticas operacionais junto ao meio ambiente.

De um modo conclusivo, o estudo da responsabilidade social da empresa ALUNORTE, procurando a conciliação entre os balanços social e patrimonial, foi importante na perspectiva de que a efetiva responsabilidade social se consolida com uma política transparente e que é possível criar instrumentos para tal, como o próprio balanço social podendo cumprir este papel, na medida em que ele não se torne apenas um componente de marketing promocional, mas efetivamente se constitua numa ferramenta de interação entre empresa e sociedade.

Sabe-se que este estudo não é definitivo e que seguramente outras contribuições importantes deverão surgir no aprofundamento de um tema que apresenta desdobramentos

importantes cujo trabalho, pelas limitações naturais, não foi capaz de tratá-los exaustivamente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO. **Relatório de sustentabilidade da indústria do alumínio: 2006/2007.**

ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A. Disponível em: <www.albrasnet.com.br>. Acesso em: 25 mai. 2009.

ASHLEY, Patrícia Almeida; COUTINHO, Renata Buarque Goulart; TOMEI, Patrícia Amélia. **Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa.** IN:Enanpad, Florianópolis: Anpad, setembro, 2000.

BACURI, Sergio Roberto. A crise do estado brasileiro e o financiamento do desenvolvimento da Amazônia. **Revista econômica do nordeste**, Fortaleza, v.39, nº1, jan-mar 2008

BALANÇO SOCIAL. **Selo Balanço Social IBASE/Betinho.** Disponível em: <balancosocial.org.br>. Acesso em: 05 jun. 2009.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática.** São Paulo: Saraiva,2009.

BNDES(IPEA). **Empresas, responsabilidade corporativa e investimento social.** Relato Setorial nº 1, da AS GESET, Rio de Janeiro, 2000.

BUNKER, S. *Joint Ventures em Ambientes frágeis – O caso do alumínio na Amazônia.* Novos cadernos NAEA, Belém, 2000.

CAVALCANTI, Marly(org.). **Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor.** São Paulo: Saraiva,2006.

CÉSAR, Mônica de Jesus. **“Empresa Cidadã”:** uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008.

CORRÊA, Stela Cristina Hott. **Projetos de responsabilidade social: a nova fronteira do marketing na construção de uma imagem institucional.** Rio de Janeiro, 1997. Tese de mestrado. Coppead – UFRJ.

DAFT, Richard L. **Administração.** 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **A contribuição da demonstração do valor adicionado no processo de mensuração do PIB e em algumas análises macroeconômicas.** Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1996.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa.** São Paulo: Atlas, 1995.

DRUCKER, Peter. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas.** São Paulo: Pioneira, 1997.

FREEMAN, R. E. *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Boston: Pitman, 1984.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril cultural, 1984.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE-**Revista de Administração de Empresas**. São Paulo.

GONÇALVES, E. Lima. **Balanco social da empresa na América Latina**. São Paulo: Pioneira, 1980.

GRAJEW, O. **Responsabilidade social nas empresas: primeiros passos**. Instituto Ethos, 1998.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Investimento social privado no Brasil: perfil e catálogo dos associados do GIFE**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Processos gerenciais: responsabilidade social empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2005.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Estudo da cadeia produtiva do alumínio na Região Norte do Brasil**. 2008. Disponível em: < www.ios.org.br >. Acesso em: 09 jun. 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. Caderno de Economia. Belém 15 de abril de 2010. Alumínio Norte do Brasil S/A – ALUNORTE – Relatórios Financeiros – ano 2009.

KREITLON, Maria Priscilla. **A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial**. In: Anais eletrônicos do XXVIII Encontro Anual da ANPAD, 2004.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000

LOURENÇO, Alex Guimarães; SCHRODER, Deborah de Souza. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. v.IV. São Paulo: Petrópolis: Instituto Ethos, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Eliseu. Balanco social – Idéia que Merece Permanecer. **Jornal Gazeta Mercantil**, 18/09/97, P.A-3

MELO NETO, Francisco; FROES, César. **Responsabilidade social & cidadania empresarial: A administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999

MELO NETO, Francisco; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: O Caso Brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MELO RICO, Elizabeth de. O empresariado, a filantropia e a questão social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.58, ano XIX, nov. 1998, p 24-40.

MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A. Disponível em: <<http://www.mrn.com.br>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

MONTANA, Patrick J; CHARNOV, Bruce H. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e a questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes, 2007.

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas,2004.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. **A vantagem competitiva da filantropia corporativa**. Harvard Business Review. Edição em português, dezembro de 2002.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade social das empresas e balanço social: Meios Propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Atlas, 2007

RIBEIRO, Maisa. LISBOA, Lázaro Plácido. **Balanço social**. Artigo publicado na Revista Brasileira de Contabilidade n° 15, jan/fev/99, Brasília-DF

SANTOS, Ariovaldo dos; CARVALHO, L. Nelson. **Balanço social, um indicador de excelência**. Revista Exame, n° 951, São Paulo, 1997.

SANTOS, Ariovaldo dos; FREIRE, Fátima S.; MALO, François Bernard.**O balanço social no Brasil: gênese, finalidade e implementação como complemento às demonstrações contábeis**. IN: Encontro da ANPAD, 23°, 1998, Foz do Iguaçu, ANAIS, 1998.

SCHAEFER, Susanna; STUDTE, Martin. **A produção de alumínio e a sociedade civil no Brasil em 2005**. Relatório sobre destruições ambientais e assuntos sociais da produção de alumínio na Amazônia brasileira. Fórum Carajás com apoio da programação alemã ASA, 2005

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. **Balanço social: Teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli; YOSHINAGA, Claudia Emiko; BORBA, Paulo da Rocha Ferreira. **Crítica à teoria dos Stakeholders como função-objetivo corporativa**. Caderno de pesquisas em administração da USP, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 33-42, janeiro/março 2005

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUTELLO ALVES, Lauro Eduardo. Governança e cidadania empresarial. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, v.41, n.4, out-dez. 2001, p.78-86.

SOUZA, Washington José de; OLIVEIRA, Marcos Dias de. **Fundamentos da gestão social na revolução industrial**: leitura e apreciação crítica. In Anais Eletrônicos do XXIX Encontro Anual da ANPAD, 2005.

SOUZA, Washington José de. **O mundo que nós perdemos: da solidariedade pré-industrial à economia solidária**, IN:Enanpad. Rio de Janeiro: Anpad, setembro de 2008.

SUCUPIRA, João. **A responsabilidade social das empresas**. 1999. Disponível em: <www.balancosocial.org.br>. Acesso em: 06 nov. 2009.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.) **Responsabilidade social empresarial**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social**: uma abordagem da transparência pública das organizações. São Paulo:Atlas,2008.

TORRES, Ciro; MANSUR, Cláudia. **BALANÇO SOCIAL, DEZ ANOS**: O desafio da transparência. Rio De Janeiro: Ibase, 2008. Disponível em: <www.balancosocial.org.br>. Acesso em: 09 mar. 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 11 ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

ANEXO 1 – BALANÇO SOCIAL DA ALUNORTE

ALURNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.

Balanço Social

Exercícios findos em 31 de dezembro (informação adicional)
em milhares de reais

	2009	2008
Base de Cálculo		
Receita Bruta	2.800.120	3.136.404
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(64.310)	603.198
Remuneração bruta		
Empregados	45.521	45.050
Terceiros	82.822	105.816
Indicadores laboriais		
Encargos Sociais Compulsórios	18.769	16.714
Alimentação	8.183	7.305
Transporte	4.787	3.915
Previdência Privada	628	395
Saúde	5.364	4.549
Segurança e saúde no Trabalho	2.497	4.385
Educação	4.045	4.587
Capacitação e desenvolvimento profissional	231	760
Participação dos Trabalhadores nos Resultados	7.344	8.361
Outros Benefícios	1.297	2.329
Total do Indicadores laboriais	53.145	53.300
Indicadores Sociais		
Impostos	1.133	(92.738)
	1.133	(92.738)
Investimento em cidadania		
Projetos e ações sociais	570	1.178
	570	1.178
Investimento em meio ambiente		
Operacionais	17.074	14.526
Outros projetos ambientais	511	
	17.585	14.526
Indicadores do Corpo Funcional		
número de empregados no final do exercício	1.493	1.580
número de admissões durante o exercício	116	155